

*Amil*



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 26 de abril de 2024

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de Prestação de Contas de 2023 -----
- 2º. Ponto – Proposta de 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2024 (Revisão Orçamental de Inserção de Saldo de Gerência) -----
- 3º. Ponto – Proposta de 1ª. Revisão ao Mapa de Pessoal 2024 -----
- 4º. Ponto – Proposta de Regulamento Municipal de funcionamento e utilização do Sistema MorBike -----
- 5º. Ponto - Proposta de Protocolo de Cooperação entre o Património Cultural, I.P., o Município de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia de Santiago de Escoural e a Associação Amigos Unidos pelo Escoural -----
- 6º. Ponto – Proposta de aprovação - Loteamento Municipal “Ferragial da Cadeia/Pedreira” -----
- 7º. Ponto – Proposta de Emissão de Parecer da nova Carta Educativa de Montemor-o-Novo -----
- 8º. Ponto – Proposta de Protocolo – Refeições Escolares – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Alunos de Cortiçadas de Lavre – AL 2023-2024 -----
- 9º. Ponto – Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Cabrela – Voucher de Apoio à Família -----
- 10º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Ciborro – Voucher de Apoio à Família -----
- 11º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Foros e Vale de Figueira – Voucher de Apoio à Família -----
- 12º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Voucher de Apoio à Família -----
- 13º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Voucher de Apoio à Família -----
- 14º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Voucher de Apoio à Família -----
- 15º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Voucher de Apoio à Família -----
- 16º. Ponto – Proposta de pagamento de Transportes Escolares – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – AL 2023/2024 (1º Período) -----

*Ata*

17º. Ponto - Proposta de pagamento de Refeições Escolares – Alunos de Lavre – Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – AL 2023/2024 (1º Período) -----

18º. Ponto - Proposta de pagamento de Refeições Escolares – Alunos de S. Mateus – Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – AL 2023/2024 (1º Período) -----

19º. Ponto – Proposta de Adenda ao Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

20º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para o “Parque Infantil – Jardim de Infância de Cabrela” -----

21º. Ponto – Proposta de Protocolo de Refeições Escolares de Lavre – Ano Letivo 2023/2024 (2º e 3º. período) e Ano Letivo 2024/2025 (1º. período) -----

22º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Ana Cristina dos Santos Silva, António Joaquim da Silva Danado, António José Marques Monteiro, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Cebola Martins, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Hélder Manuel Caetano Linguíça, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Duarte Caetano da Veiga, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Lara Coxixo em substituição de Carla Sofia Fadista Godinho Pereira, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Alexandre Cardoso Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sara Isabela Rebocho Bravo, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Vasco Picaró registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, as Senhoras Vereadoras Sílvia Santos e os Senhores Vereadores António Xavier, António Pinetra e Gil Porto. Não participou nesta sessão a Senhora Vereadora Graça Nascimento. -----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para colocar à apreciação a proposta de ata da sessão extraordinária realizada no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte três, tendo a eleita Senhora Hortênsia Menino apresentado uma alteração de natureza ortográfica. O documento foi posteriormente colocado a votação, sendo aprovado com a introdução da mencionada alteração. -----

Prosseguindo no uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou que até ao final da sessão cada uma das bancadas políticas possa indicar o nome do respetivo representante para integrar o grupo de trabalho, no âmbito do processo de transferência de competências, por forma a ser agendada a primeira reunião. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, o qual apresentou uma Moção designada “No

*Amme*

quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”, que se apresenta transcrita de seguida: -----

*“O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. -----*

*Com o 25 de Abril devolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. -----*

*Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. -----*

*E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. -----*

*Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. -----*

*Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. -----*

*Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e, quase sempre, em rutura total com elas. -----*

*O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril, mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão. -----*

*Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. -----*

*Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. -----*

*Celebrar Abril é: -----*

- 1. Evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento; -----*
- 2. Destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia; -----*
- 3. Assinalar o seu sentido transformador e revolucionário; -----*
- 4. Não rasurar a memória coletiva que o envolve; -----*
- 5. Afirmar o caminho que o tornou possível; -----*
- 6. Rejeitar as perversões e falsificações históricas; -----*
- 7. Denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo; -----*
- 8. Sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. -----*

*Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. -----*

*Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de todos os democratas e antifascistas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local Democrático como uma das suas conquistas. -----*

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a Ação do passado fascista assentavam. -----  
Foi pela Ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. -----

Comemorar Abril é defender e valorizar o Poder Local e a sua autonomia financeira e administrativa. -----

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional, a par dos municípios e freguesias, que está por cumprir. -----

Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade. -----

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. -----

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se renegar se essa for a vontade dos que, nos eus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. -----

Mas celebrar Abril é, igualmente reconhecer as conquistas dos seus trabalhadores reconhecer a necessidade de dar ao 1º. de Maio uma expressão de que a luta pelos direitos conquistados não pode parar. -----

É também lembrar o 1º. de Maio de 1974 com a saída às ruas, nas primeiras grandes manifestações em liberdade. -----

E para que a memória não se perca, também é importante que exaltemos todos à participação das iniciativas realizadas pelas Organizações Sindicais, quer em Montemor-o-Novo, quer em Évora. -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária a 26 de abril de 2024, delibera: -----

1. Saudar o 50º aniversário do 25 d Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----
  2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou indelével no Poder Local; -----
  3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de lutas. -----
  4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios; -----
  5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas; -----
  6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade. -----
  7. Apelar à participação de todos nas iniciativas levadas a cabo pelas Organizações Sindicais, quer em Montemor-o-Novo, quer em Évora, no dia 1º. de Maio, mostrando solidariedade com a luta de todos os trabalhadores. -----
- Montemor-o-Novo, 26 de abril de 2024” -----

*Da Silva*

Relativamente ao documento, pediu a palavra o eleito Senhor João Veiga para apresentar, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, propostas de alteração ao conteúdo de alguns parágrafos do documento, que se forem aceites votarão favoravelmente. -----

Pediu também a palavra o eleito Senhor Joel Pedreirinho referindo que os eleitos pelo PSD votarão a favor do documento, mediante a eliminação de algumas alíneas do conteúdo de parágrafos identificados, ao longo das várias páginas do documento. -----

Ainda sobre a Moção, usou a palavra o eleito Senhor Luis Machado afirmando que, à semelhança de outras sessões, os eleitos da CDU, com a apresentação desta Moção, mais uma vez criaram uma divisão entre as várias bancadas, relativamente a um assunto que todos devia unir e que é a liberdade. O documento apresenta uma visão carregada de ideologia, não havendo espaço para um caminho comum em democracia. Reiterou as propostas de alterações apresentadas pelo eleito Joel Pedreirinho. Ainda no uso da palavra, frisou que, futuramente quando existir a possibilidade de discutir o 25 de novembro, possa existir exatamente a mesma abertura democrática que aconteceu perante esta Moção. -----

Retomou a palavra o eleito Senhor António Danado para referir a importância que o Partido Comunista Português teve na resistência ao fascismo, durante os 48 anos de ditadura. Para além disso, foi o único que quando se passou à ilegalidade de todos os partidos políticos, se manteve ativo no combate ao fascismo em Portugal. Salientou ainda que em 1973 foi criado o Partido Socialista e que esses democratas foram incluídos no texto da Moção. Frisou que o realce do documento é a luta antifascista dos 48 anos de ditadura, que muitos passaram e que muitos organizadamente lutaram. Assim, informou que os eleitos da CDU aceitam as propostas de alteração apresentadas pelo eleito Senhor João Veiga. Quanto às propostas apresentadas pelo Partido Social Democrata e subscrita pelo Centro Democrático e Social Partido Popular, não poderão ser aceites pelos eleitos da CDU, porque retirar as alíneas elencadas, equivale a retirar uma questão que está prevista na Constituição, concretamente as regiões administrativas. Afirmou também que a temática da reposição das freguesias é uma questão que foi aprovada pelos eleitos desta Assembleia e, portanto, seria um contrassenso retirar essas referências. Destacou ainda que a referência ao apelo para a participação nas comemorações, foi feito também própria Câmara Municipal e organizações sindicais. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação. -----

Deliberação: Aprovada com vinte e três votos a favor dos eleitos pela CDU (doze) e pelo PS (onze); três abstenções dos eleitos pelo CDS-PP e dois votos contra dos eleitos pelo PSD. -----

De seguida, interveio o eleito Senhor Jaime Oliveira parabenizando todo o executivo pela atual situação do concelho, no que respeita à proteção civil. Considera que têm decorrido ações de formações de extrema importância, nomeadamente a nível de escolas. Assim, propôs que as referidas ações de formação, concretamente relacionadas com o manuseamento de extintores e suporte básico de vida, possam ser alargadas a todos os funcionários públicos, devido à sua importância. Manifestou também uma palavra de apreço aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia pela demonstração de zelo, relativamente aos seus fregueses. De seguida questionou o

*Amo*

Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando a intervenção na Rua de Avis, a fim de resolver a questão do pavimento descolado e qual o prazo previsto para reabertura da circulação automóvel da Rua de S. Miguel. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradecendo as palavras do eleito Jaime Oliveira, como cidadão e como bombeiro. Este executivo tem feito uma grande aposta no Serviço Municipal de Proteção Civil. Prosseguindo no uso da palavra lembrou que antes do processo de reorganização de Serviços, apenas uma Técnica assumia a gestão quer do Serviço Municipal de Proteção Civil, quer do Gabinete Técnico Florestal. Apesar das obrigações legais serem cumpridas, em muitos dos casos, a resposta era apenas para situações urgentes. Posteriormente, foi possível contratar um engenheiro florestal, para integrar o Gabinete Técnico Florestal, sendo agora possível dar resposta atempada a todas as solicitações, bem como a todas as obrigações legais. Foi iniciado e já concluído o processo para autorização e licença para a aquisição e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, que até eram aplicados ilegalmente. Decorreram ações de formação para os trabalhadores do Município, da Divisão de Serviços Urbanos, bem como para os trabalhadores das Juntas de Freguesia, por forma a habilitá-los para a aplicação destes produtos. Para além disso, foram criados um armazém e uma zona de preparação de produtos fitofarmacêuticos. -----

Informou que o Município irá iniciar a gestão florestal da Herdade da Adua, uma vez que a pessoa que fazia essa gestão, por incumprimento de pagamentos, deixará no final do mês de junho, essas funções. Comunicou também que o Serviço Municipal de Proteção Civil contratou mais dois elementos, permitindo assim, aumentar a capacidade de resposta às ocorrências e também a capacidade de coordenação, nomeadamente com os bombeiros voluntários e com a GNR. Salientou ainda que, sem o reforço deste serviço, em termos de meios humanos, seria impossível a realização de um conjunto de formações e de simulacros ao longo deste tempo. Até ao momento ainda não foi possível satisfazer uma solicitação de meios de transporte e de capacidade de transportar alguns equipamentos. -----

Referiu ainda que o Serviço tem conseguido responder às solicitações no âmbito do Plano de Ação para Vigilância e Controlo da Vespa Velutina, na área do município, em conjunto com a CIMAC e de alguma forma também formar e sensibilizar a população para esta temática. Referiu ainda o mérito da oferta aos bombeiros voluntários de Montemor-o-Novo, pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, de um equipamento de DAE, por ser essencial e passar a estar disponível para o Município de Montemor. No que respeita à questão da Rua de Avis, o Senhor Presidente da Câmara lamentou o atual estado em que se encontra o pavimento, esclarecendo ainda que já foram realizados contactos com a empresa que realizou a obra, uma vez que ainda se encontra dentro da garantia. Apesar de esta não ter sido a melhor solução para a Rua de Avis, pelo facto de ter sido realizada com apoios comunitários, este executivo não poderá realizar qualquer alteração. Se a empresa continuar sem dar resposta, o executivo poderá então agir pelos meios próprios. -----

Referiu ainda que também a empresa Comporto tem falhado no apoio em garantia, no caso da obra do Mercado Municipal, em quem se têm verificado problemas nas portas há vários meses. Salientou que o executivo tem tido algumas dificuldades nas relações com os empreiteiros que fizeram intervenções, no concelho, ao longo dos últimos anos. Sobre a reabertura da circulação na Rua de S. Miguel disse não possuir, de

*Amul*

momento, essa informação porque depende do desenvolvimento da obra. Tomou de novo a palavra o eleito Senhor Joel Pedreirinho questionando o executivo se, uma vez que o anterior contrato irá terminar, o que está programado, no âmbito florestal ou agrícola para a Herdade da Adua. Relativamente à temática da Rua de Avis, considera que é importante respeitar a garantia do empreiteiro, mas tal como na nossa casa, tem que haver manutenção. Era importante haver uma lavagem da rua, a impermeabilização dos bancos e das calçadas, por forma a evitar as nódoas, manchas e a sujidade dos pombos. Falou ainda sobre a falta de manutenção na área do Castelo, sendo impossível passear no seu interior devido à quantidade de ervas. Salientou ainda desconhecer o que terá acontecido em redor do Castelo que inviabilizou toda a circulação de viaturas ao redor do Castelo. Propôs a colocação de uma rede de proteção, como antes havia na Arrábida, permitindo assim fazer a circulação. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, respondendo que o contrato com a pessoa que explorava a Herdade da Adua, em termos de pastorícia, apenas terminava em 2025. No entanto, como já tinha afirmado, o incumprimento de várias obrigações levou à cessação desse mesmo contrato. Neste momento, o Gabinete Técnico Florestal, juntamente com a Divisão de Planeamento Urbano e Ambiental, estão a pensar o futuro da Herdade. Todos os partidos políticos poderão também dar os seus contributos. Este executivo considera que poderá ser um espaço bem interessante em termos ambientais, florestais e até económicos. Também estão pensados, em termos de experimentação com a Universidade de Évora, alguns projetos agro-pastoris, mas ainda não está decidido o futuro da referida área. -----

Sobre as afirmações do eleito Joel Pedreirinho relativamente ao Castelo, lembrou que ocorreu um inverno bastante chuvoso e que como consequência as ervas cresceram quer no Castelo, quer na ecopista, quer ao longo de todo os 1.232 km<sup>2</sup> do concelho. Na sua opinião, o eleito também deveria ter expressado algum elogio pelo facto de a cidade estar bastante melhor, devido à aplicação de fitofármacos e de manutenção mecânica e manual nas ervas. -----

Na ecopista ainda não houve nenhuma intervenção, aguarda-se que algumas espécies florais selvagens sequem e deitem as sementes. Destacou ainda a importância das flores para todo o ecossistema, nomeadamente para as abelhas. Lembrou que no segundo fim de semana de junho, decorrerá no Castelo, mais uma edição da Feira Medieval, pelo que, a seu tempo, será realizado o corte de ervas. Prosseguindo no uso da palavra, explicou que a principal preocupação em redor do Castelo, tem a ver com a queda de alguns taludes devido ao mau tempo. O Serviço Municipal de Proteção Civil em conjugação com a Divisão de Planeamento, de projetos municipais e a Divisão de Ambiente estão unidos nesta vistoria, para que, logo que possível, seja retomada a circulação quando houver condições de segurança, porque de momento não existem. -

Pediu a palavra o eleito Senhor Márcio Veríssimo mostrando-se satisfeito pela aprovação do projeto do novo Posto Médico de Silveiras. No entanto, mostrou a sua preocupação pelo facto de ter sido encerrado o atual Posto Médico de Silveiras, devido à falta de condições para receber utentes e profissionais de saúde. Reforçou que os eleitos pela CDU, há muito que tinham alertado para o estado em que se encontravam as referidas instalações. Disse ainda que segundo informações prestadas pela Senhora Vereadora Sílvia Santos, está programada a instalação, dentro de dois meses, de contentores para a realização das consultas médicas. Perante isto, questionou o

*Carla*

executivo, por que razão foi encerrado o Posto Médico, neste momento, existindo já esta solução a curto prazo, dizendo que não faz sentido esta decisão. Ainda no uso da palavra, o eleito questionou se existe alguma previsão para o início de consultas no Posto Médico de S. Cristóvão, recentemente intervencionado e inaugurado. -----

Retomando de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara discordando das afirmações do eleito Márcio Veríssimo e esclarecendo que já se encontra a decorrer a algum tempo o procedimento de aquisição dos módulos, destinados à realização de consultas médicas, em Silveiras. Reforçou que será necessária a prévia autorização, quer por parte da ARS, quer da Unidade Local de Saúde para instalação dos referidos módulos. Continuando no uso da palavra salientou que não foi devido à realização de uma manifestação junto ao Posto Médico que levou o executivo a adquirir os módulos, considerando que se pretende tirar partido político desta questão. As instalações do Posto Médico encontram-se sem condições há décadas e o atual executivo encontrou uma solução intermédia, através da instalação dos contentores, enquanto não tem início a construção do novo Posto Médico. Esta obra, envolve um investimento de cento e setenta e cinco mil euros, no âmbito do PRR a que crescem mais setenta mil euros, por parte do orçamento municipal. Reforçou que também não concorda com o facto de terem sido canceladas as consultas, mas neste momento, o espaço não reúne quaisquer condições. Deu a palavra à Senhora Vereadora Sílvia Santos, solicitando que a mesma pudesse dar mais algumas informações aos eleitos da Assembleia Municipal. No uso da palavra a eleita afirmou que o Posto Médico em S. Cristóvão, que funciona agora num outro espaço reabilitado com condições ótimas e, no entanto, está sem médico. A competência de colocação de médicos, de administrativos, de enfermeiros não é da Câmara Municipal, mas sim da Unidade Local de Saúde. Julga que a situação está a ser tratada, mas aquilo que a Câmara Municipal pode unicamente fazer é pressionar e criar as condições no local. A Câmara Municipal, em conjunto com a Junta de Freguesia conseguiu criar condições quer para utentes, quer para médicos, enfermeiros e administrativos, possam prestar ou receber os cuidados de saúde essenciais. -----

Relativamente a Silveiras, a eleita referiu que a situação é idêntica, ou seja, enquanto a obra para a Unidade de Saúde Local não estiver concluída, está a ser preparada, em articulação com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, conforme referido pelo Senhor Presidente da Câmara, uma solução provisória para que a população não deixe de receber os cuidados de saúde primários. Reforçou que ainda que provisório, será um investimento considerável no sentido de dar à população os cuidados que não tem há décadas. Ainda no uso da palavra, salientou que ocorreu uma outra situação, em Cortiçadas de Lavre, em que o posto médico também foi encerrado, tendo o médico de família alegado falta de condições do espaço. Imediatamente decorreu uma reunião entre o Município, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, com o Coordenador da USF Foral e com o Diretor Clínico dos Cuidados Subprimários da Unidade Local de Saúde e foi realizada uma intervenção de carácter urgente. -----

Ainda no uso da palavra, a Senhora Vereador Sílvia Santos explicou que nas instalações do Posto Médico das Silveiras não é possível qualquer intervenção, uma vez que não existe solução possível. O mesmo é composto por apenas duas divisões, uma delas é simultaneamente a sala de espera e o gabinete administrativo e a outra divisão é



*Amal*

simultaneamente o gabinete médico e o gabinete de enfermagem, havendo ainda um wc no seu interior. Concluiu dizendo que as condições não existem há muitos e muitos anos. -----

Retomando a palavra, o eleito Senhor Márcio Veríssimo lembrou que estas questões relacionadas com o Posto Médico de Silveiras já foram debatidas em sessões anteriores da Assembleia Municipal, no entanto, por parte do executivo, não foram prestadas quaisquer informações acerca da aquisição dos referidos contentores. Para além disso, questionou por que razão, desde 2021, o executivo não efetuou nenhum tipo de pinturas ou limpezas do espaço, uma vez que era da sua responsabilidade, no âmbito da transferência de competências. -----

De seguida interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado no sentido de informar os eleitos que esta situação do Posto Médico de Silveiras já vem de alguns anos atrás. Afirmou que a Junta de Freguesia em dois mil e dezoito solicitou à ARS, responsável pelos Postos Médicos na altura, uma reunião no sentido de apresentar uma proposta para uma solução conjunta. Para além disso, a Junta de Freguesia propôs a celebração de um Protocolo, assumindo-se mesmo como dono da obra, sendo apenas necessária a transferência das respetivas verbas. Foi ainda solicitado à Câmara Municipal a possibilidade de cedência de um Lote para a instalação do Posto Médico, junto ao edifício da Junta de Freguesia, na área do Loteamento Municipal. No entanto, e apesar de estar tudo agilizado, a Junta de Freguesia foi informada que não seriam celebrados quaisquer tipos de Protocolos e que a ARS iria integrar a obra no âmbito do PRR. Saliu ainda que nesta data estavam já a decorrer os processos de descentralização de competências para as Câmaras Municipais, no âmbito da Lei 50 de 2018, sendo a área da saúde das últimas a ser transferida, sendo aceites pela Câmara Municipal de Montemor já em 2021-2022. -----

Dando continuidade à sua intervenção, referiu que a Junta de Freguesia só pode atuar onde tem competências para o fazer. Onde não tem competências e onde não são transferidas competências nem delegadas competências, nunca o poderá fazer legalmente. A Junta de Freguesia nunca recebeu qualquer competência, por parte da ARS, para dar apoio àquela matéria, nem recebeu competências no âmbito da delegação de competências, por parte da Câmara Municipal, apesar de poder fazê-lo. -  
Relatou ainda a visita feita ao Posto Médico, quando o mesmo ainda estava em funcionamento e também ao lote previsto para as instalações do novo Posto Médico. Saliu ainda que nesse dia, ele próprio apresentou uma proposta para a instalação, num dos lotes disponíveis no Loteamento Municipal, ainda que a título provisório, de contentores para funcionamento do Posto Médico. A Junta de Freguesia também mostrou toda a disponibilidade para celebrar um Protocolo com a Câmara Municipal, porque não tem condições objetivas e financeiras para dar resposta a uma situação desta natureza, sem ser devidamente protocolada. Relatou ainda que o primeiro projeto rondava o valor de 150.000,00 euros sem IVA, no entanto, o valor do novo projeto aumentou substancialmente. Dando continuidade à sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, afirmou que a Câmara entendeu que tinha condições objetivas para desenvolver todos os procedimentos, manifestando todo o apoio, por parte da Junta de Freguesia. Sobre as instalações do

Posto Médico frisou que as limpezas e manutenções eram geridas pelo Centro de Saúde, enquanto propriedade da Administração Central, e sempre funcionaram bem. - Pelo contrário, logo que passaram para a competência da Câmara Municipal, começaram a surgir problemas e falta de condições. Lembrou que os eleitos da CDU, sempre alertaram para as consequências da transferência de competências do Estado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou de novo a palavra, dizendo que esta intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias foi elucidativa, reafirmando que têm decorrido visitas conjuntas e que há soluções a ser desenhadas já há algum tempo. A Câmara Municipal está a fazer tudo para resolver o problema, quer em termos definitivos, quer em termos provisórios, mas demora o seu tempo. Informou ainda que a Unidade Local de Saúde já deu Parecer positivo relativamente às condições técnicas dos módulos. Quanto à falta de médicos, salientou que cabe ao Município apenas fazer pressão, não podendo atuar de outro modo. Considera que a partir de junho ou julho irão aparecer soluções, mas até lá terá de existir uma articulação, quer com a União de Freguesias, quer com o Município, nomeadamente nos transportes para os fregueses se deslocarem até à Sede em Montemor-o-Novo, para obterem as suas consultas médicas. -----

Decorrida uma hora desde o início do período antes da ordem do dia, interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para colocar à consideração dos eleitos a continuação dos trabalhos, proposta aceite por unanimidade. -----

De seguida, deu a palavra à eleita Senhora Susana Picanço, a qual frisou que segundo a Constituição da República Portuguesa, todos têm direito à educação e à cultura e o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais. Contudo, em Montemor-o-Novo, esse papel de intervenção pública na promoção do acesso à cultura e à sua democratização não está a ser cumprido. Continuando a sua intervenção a eleita salientou que a Câmara Municipal editou uma agenda cultural que chegou a casa dos montemorenses um mês depois do que deveria, tendo alguma programação já terminado. Referiu ainda que numa das páginas da Agenda Cultural, consta também que a programação das comemorações do 25 de Abril sairá em breve. Uma vez que alguns conteúdos devem ter sido fechados, no mês de em fevereiro, na sua opinião haveria condições para que esses conteúdos fossem bem mais completos. Verificou que o programa completo estava disponível online, o folheto em suporte de papel, não remete para o endereço do site. Continuando no uso da palavra destacou que o início do Ciclo da Primavera decorreu no passado domingo em Cortiçadas de Lavre e parabenizando o Executivo pela descentralização da abertura deste ciclo. Disse ainda que a informação sobre uma outra iniciativa que irá decorrer em Cabrela, surgiu nas redes sociais timidamente, apenas com uma pequena referência a que estava inserida no Ciclo da Primavera. Reforçando o que já tinha afirmado no início da sua intervenção, a eleita Senhora Susana Picanço, lembrou que apesar de todos terem direito à cultura e ser um dever do Estado central e do executivo deste município, a cultura em Montemor não está a ser para todos ou porque o carteiro se atrasa ou porque os mais velhos não consultam a internet ou porque em Casa Branca não vai haver nenhum espetáculo do Ciclo da

Primavera, como durante tantos anos foi hábito. Terminou a sua intervenção dizendo que está em defesa da cultura, em nome da bancada da CDU, para mostrar que afinal não está tudo bem, antes pelo contrário. Todas estas questões e estas críticas apresentadas podem ser consideradas construtivas, com base nos meios e nos recursos que existem atualmente ao serviço do município, os quais faziam prever um serviço com mais qualidade. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal, salientando que a cidade de Montemor-o-Novo é conhecida pela dinâmica cultural que ocorre todos os fins de semana e em todos os momentos, sendo difícil participar em todos os eventos. Considera que a eleita Senhora Susana Picanço deveria ter parabenizado o município pelas atividades culturais no âmbito do 25 de Abril, que foram pluridisciplinares, pluripartidárias, em que todas as associações que fizeram parte da Comissão Organizativa e puderam expressar as suas intenções que foram acolhidas por este Executivo. Sobre o atraso na entrega da agenda cultural, o Senhor Presidente lembrou que desde 2013, muitas agendas também foram entregues com atrasos. Relativamente à programação inserida no 25 de Abril, saiu um pouco atrasada e o executivo lamenta essa situação, com toda a humildade. Mas esse facto acabou por ser positivo porque deixou em aberto outras comemorações que têm surgido e têm sido muitas. Referiu ainda que o Ciclo da Primavera teve início, será respeitado e foi discutido e partilhado com todas as Juntas de Freguesia do concelho e terá um vasto conjunto de atividades culturais. -----

Considera que a afirmação da eleita quando diz que a cultura em Montemor-o-Novo não é para todos não faz qualquer sentido. Os momentos culturais atropelam-se uns aos outros. Como exemplo, referiu que na véspera do 25 de Abril houve vários momentos culturais que ocorreram à mesma hora, com públicos diferentes porque considera que todos devem ser respeitados. -----

Seguidamente deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes, o qual afirmou que somos fundamentalmente, não aquilo que dizemos, mas sobretudo aquilo que fazemos. Relativamente ao Ciclo da Primavera, afirmou que muitas pessoas julgaram que o novo executivo não iria continuar com esta programação. Referiu que teve em várias ocasiões oportunidade de testemunhar a sua importância no processo de descentralização cultural. Para além disso, deve promover a descentralização, preservar a sua identidade cultural, promover a captação de novos públicos e formar. - Por tudo isso, a importância deste Ciclo, até porque a primavera é sinónimo de florescimento e renascimento. É essencial levar às freguesias e com o apoio das freguesias, um conjunto de iniciativas, promovendo a cultura e sobretudo a matriz artística. Frisou ainda que os Presidentes de Junta foram questionados, se era este o modelo que devia existir, de manter-se ou não, seria outro modelo, tudo abertamente discutido. Ainda no uso da palavra salientou que, como alguém disse, a arte fez-se para lembrar a vida e o entretenimento para esquecer a vida. -----

Assumi que nem sempre os timings foram os mais conseguidos, mas o Ciclo da Primavera cumprir-se-á com mais de 20 espetáculos por todas as freguesias. -----

Considera importante que se perceba que o Gabinete de Comunicação e Imagem trabalha numa dinâmica de banda larga, que nesta era de informação, têm de ser desenvolvidas tantas coisas e que acontecem em simultâneo, sejam culturais ou não, disponibilizando sempre uma comunicação eficaz e otimizada. Para além disso a

*Amil*

comunicação tem de ser também presencial, para aquelas pessoas que não têm redes sociais, nem têm Instagram. Naturalmente que existem ainda aqueles eventos de maior custo e que mobilizam verbas mais consideráveis e que naturalmente possam estar mais disponíveis visualmente. Finalizou dizendo que otimizar tudo isto, não é tarefa fácil. Informou ainda que houve um conjunto de constrangimentos com a gráfica o que veio a provocar um atraso na divulgação da agenda, assumindo, no entanto, a sua responsabilidade. Em suma, referiu que o Executivo está aqui para trabalhar em prol do bem comum e para que toda a gente, o maior público possível, seja de facto informado daquilo que é o essencial, porque a cultura é para toda a gente. Este executivo manteve tudo o que considerou importante, mas também tentou melhorar algo menos bom e dar também o próprio cunho, porque a cultura é isso mesmo, a cultura é aquilo que nos faz também prolongar a vida e a memória no tempo e no espaço com dignidade. -----

Ainda sobre a mesma temática, o eleito Senhor Luís Machado interveio para dizer que considera que todos têm a preocupação que a agenda cultural e que as comunicações relativamente aos eventos, a nível local, sejam atempadamente comunicadas. Assim sendo, frisou que a agenda não saiu atempadamente, o que já o ano passado aconteceu e que esse ponto tem que ser melhorado. No entanto, compreende que seja difícil e que seja complexo conseguir preparar tudo aquilo que hoje em dia é oferecido enquanto agenda. Prosseguindo no uso da palavra, colocou algumas questões ao Senhor Vereador Henrique Lopes, nomeadamente se existe programação no Concelho em excesso; se existem demasiados eventos a acontecer ao mesmo tempo e se deveria ou não haver uma melhor articulação nesse campo com as várias organizações e as várias associações que promovem os mesmos. Terminou a sua intervenção perguntando se o Senhor Vereador Henrique Lopes considera que a equipa do GICI necessita de ser reforçada. -----

Pedi novamente a palavra a eleita Senhora Susana Picanço afirmando que é positivo que muitos munícipes estejam a assistir a esta sessão porque muitas das respostas dadas pelo Sr. Presidente nada têm a ver com as questões colocadas e que tudo o que o Senhor Vereador Henrique esclareceu não adiantou muito mais. Acrescentou ainda que o atual executivo quando era oposição criticava e considerava ser fácil resolver, no entanto agora, como executivo em funções, já considera difícil de tratar. -----

Retomando de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal mostrou a sua satisfação pelo facto de muitos munícipes estarem a assistir à sessão porque é uma demonstração de que o atual Executivo desenvolveu ações de transparência política possibilitando que possam assistir a uma Assembleia Municipal e ficando para memória futura. Também as reuniões de Câmara Municipal são filmadas e gravadas para memória futura, o que não acontecia nos anteriores mandatos da CDU. Considera que a comunicação da Câmara Municipal do Município de Montemor-Novo sofreu uma grande evolução, é uma comunicação muito mais leve, menos politizada, tendo o Gabinete sido reforçado por forma a divulgar mais o Concelho, abrindo-o ao mundo, o que não acontecia anteriormente. -----

De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes o qual afirmou que na sua opinião, a televisão foi a morte do sistema cultural. É bastante fácil apenas fazer zapping da televisão, da internet, etc. Hoje o grande desafio, e das escolas também, é fazer a gestão da própria informação e depois ter sentido crítico e saber procurar. O

Facebook não é, ele próprio, muito intuitivo porque a informação colocada está em constante atualização. O Instagram é mais ergonómico, visualmente. Esse é um dos grandes desafios desta década, porque com o potencial enorme de comunicações que todos temos ao nosso dispor, cada vez existe menos sentido crítico relativamente àquilo que vemos e por tudo isso essa gestão não é fácil. Por vezes um evento, ainda que seja pequeno, pode acabar por ter uma proporção nas redes sociais tão grande como um evento para centenas ou até mesmo milhares de pessoas. Salientou ainda que é um trabalho que tem de ser pensado muito seriamente e como não é a sua área, para ele é também uma aprendizagem. -----

Frisou que as pessoas já não têm tempo para ler mais do que um parágrafo e tem que ser curto, sendo por isso uma dimensão de aprendizagem em que se está a desaprender também a tocar aquilo que é o essencial, existindo por vezes dificuldades em distinguir o essencial do acessório. -----

A equipa do Gabinete de Comunicação trabalha imenso, mas todos continuam a aprender também, agradecendo todos os contributos que possam chegar. Relativamente à programação, existe de facto um grande conjunto de atividades e por isso tem de haver uma excelente gestão das mesmas, o que acontece em articulação das diversas associações culturais do concelho. -----

Interveio novamente o eleito Senhor Luís Machado, dizendo que o município de Montemor-o-Novo continua a ter uma população muito envelhecida e, portanto, uma forma eficaz de melhorar a comunicação, tanto dos eventos como da informação, é garantir que a agenda chega atempadamente e que se continue a dar utilização aos meios físicos para fazer passar a mensagem. Na sua opinião, considera que o GICI faz um trabalho até sobrenatural, porque toda a informação que é diariamente passada para os municípios, por certo, ninguém consegue acompanhar toda. Informou ainda, que relativamente à programação, o Projeto “Juntos para Fazer Diferente” já tinha no seu programa a criação do Conselho Municipal da Cultura, que previa exatamente esta articulação entre as associações. Felizmente existem muitas atividades no Concelho e daí a importância de articular todos os eventos e os calendários dos mesmos, de forma a que não exista uma discrepância brutal de eventos, sendo benéfico para todos, pois assim os eventos poderão ter mais pessoas a assistir. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre para esclarecer que estavam a ser utilizados produtos fitofármacos, quer pela Câmara Municipal, quer por algumas Juntas de Freguesia por funcionários com certificação para o efeito. No que diz respeito à União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, essa aplicação é feita há nove anos e atualmente por cerca de seis funcionários. Para além disso, os produtos utilizados eram certificados e aprovados pela DGAV e tinham a respetiva ficha técnica. De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da requalificação da escola em Cortiçadas de Lavre, assim como do Centro Cultural. -----

Voltando a intervir, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que na sua intervenção tinha referido que o Município, nos anteriores mandatos, não possuía licença para aplicação de fitofármacos, elencando de seguida os municípios que, no Alentejo, estavam autorizados pela DRAPAL a aplicar os referidos produtos. Relativamente às Juntas de Freguesia do concelho, disse que não se responsabilizava se alguma fizesse essa aplicação, voltando a reforçar que, até agora, o município de

*Amu*

Montemor-o-Novo estava proibido da aplicação de fitofármacos, mas que o fez ilegalmente. Relativamente à requalificação da escola de Cortiçadas de Lavre e do Centro Cultural explicou após a aprovação da alteração orçamental e a aplicação do saldo a conta de gerência do ano anterior, serão lançadas várias obras, entre as quais a requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre e a requalificação do Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre, com o compromisso de execução de um terço da obra neste ano e dois terços no ano que vem, existindo verba suficiente cabimentada. -----

De seguida, interveio a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins, dizendo, que relativamente à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, gostaria de alertar os restantes Presidentes de Juntas de Freguesia que ela própria foi alertada pela DRAPAL que poderiam incorrer e terem coimas devido à aplicação dos referidos produtos. Questionando sobre o que poderiam fazer, foi informada que outros municípios com as respetivas licenças estavam a incluir os cartões de aplicadores dos assistentes operacionais das juntas de freguesia. Assim sendo, foi assim que fez e por essa razão a Junta de Freguesia de Cabrela pode agora aplicar legalmente. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes esclarecendo que a empresa que vendia os produtos tinha um engenheiro responsável e por isso, na sua opinião, os funcionários podem aplicar. -----

Interveio seguidamente a eleita Senhora Fátima Breia agradecendo ao executivo o arranjo realizado no espaço exterior do Centro de Saúde, porque para além de terem arrancado as ervas daninhas, ainda colocaram novas plantas. Referiu ainda que, por motivos profissionais, se desloca a Santiago do Escoural uma vez por semana e tem verificado as estradas arrançadas desde há um mês. Considera também que a cidade está mais limpa. Continuando no uso da palavra afirmou que o programa alusivo às comemorações do 25 de Abril ficou bonito. Para além disso, têm havido imensas atividades, tendo participado em várias. Manifestou ainda um agradecimento a toda a equipa que tornou possível estes dois dias de comemorações, sentindo-se orgulhosa por fazer parte desta comunidade. Destaca a imagem e o sentimento ao ver os 300 nomes dos presos políticos e dois assassinatos a passarem precisamente naquele espaço. Mesmo não sendo de Montemor, sentiu, naquele momento, a força daquelas pessoas. -----

Relativamente à programação destacou ainda o excelente espetáculo e o momento de poesia. Prosseguindo a sua intervenção congratulando o Município pelo facto de as comemorações terem saído à rua mais uma vez. Enalteceu ainda o agradecimento feito a todos os autarcas pelo trabalho realizado em prol do concelho, nestes 50 anos, como também o facto de todas as pessoas poderem falar, os que usam o cravo vermelho na lapela e os que usam o cravo branco. Relembrou que o 25 de Abril trouxe a possibilidade de todos poderem falar e em espaço necessário para todos expressarem as suas ideias. Finalizou a sua intervenção referindo que há sempre alguém que semeia canções no vento que passa - 25 de Abril, sempre. -----

Retomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradecendo as palavras da eleita Fátima Breia e lembrando que na Comissão das Comemorações do 25 de Abril participaram todos os partidos políticos com representação na Assembleia

*Handwritten signature*

Municipal, o Movimento Democrático das Mulheres, a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos, o Gabinete de Associações representando muitas e muitas associações culturais do nosso Concelho, a Liga dos Combatentes do Núcleo de Montemor-Novo, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-Novo, todas as juntas de freguesia, a Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores com Pelouros. Acredita estarem aqui espelhadas muitas e muitas visões do 25 de Abril, que este Executivo fez questão de respeitar e de juntar nestas comemorações, considerando terem sido muito dignas dos 50 anos do 25 de abril de 1974. -----

De seguida interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado dizendo que apesar de não concordar com muitas das expressões que foram utilizadas, irá lutar até o fim da sua vida para todos poderem ter a oportunidade de as dizer.

Interveio a eleita Senhora Ana Silva dizendo que não conseguiu participar nas comemorações na noite de 24 de abril, esperando que mantenham a arruada nos próximos anos, porque tinha sido retirada nos dois anos anteriores. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, Hélder Linguíça interveio para questionar sobre qual o ponto de situação relativamente a uma intervenção na estrada do Pedrogão, dado que a mesma se encontra quase intransitável. Decorreu uma reunião com alguns técnicos do Município e a Senhora Vereadora, no entanto, não recebeu mais informações. -----

De novo no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara salientou que a reunião com a Senhora Vereadora Sílvia Santos foi sobre a estrada da Courela da Freixeirinha. Frisou que para além da referida estrada de acesso à Courela da Freixeirinha, existem no concelho outras estradas de terra batida, com graves problemas, como é o caso da estrada do Pedrógão, da estrada de Safira, e os caminhos municipais 1172 e 1066. A situação da estrada da Courela da Freixeirinha agravou-se bastante devido ao inverno rigoroso e à passagem dos camiões naquela estrada. Ele próprio, passou recentemente nessa estrada, numa viatura 4x4, todo o terreno e teve dificuldades. Na sua opinião e atendendo ao estado em que se encontra, a aplicação de massas frias não resultaria. -- O executivo tem trabalhado em articulação com todas as Juntas das Freguesia com o objetivo de aferir quais são intervenções prioritárias e tanto a estrada do Pedrógão como a de Safira, são estradas que têm que ter uma intervenção rápida. Sendo que, no caso da Estrada do Pedrogão o orçamento estimado é de 183.925,00 euros acrescido de iva. -----

Quanto à intervenção na estrada de Safira, esta tem um custo previsto de 226.450,00 euros mais iva. Esta solução é uma remendagem prévia a quente em substituição da camada de regularização, com uma camada de 4 cm. Inclui ainda o perfilamento das valetas em terra e por isso será uma intervenção com alguma dimensão, mas não se pode comprometer com prazos. Afirmou ainda que com os valores relativos ao saldo da conta de gerência, está previsto o lançamento de um conjunto de obras, nomeadamente a Escola Básica de Cortiçadas de Lavre e o Centro Cultural, a Escola Básica do Ciborro, o Crematório, a Rua Dr. Pascoal Coelho, nas Silveiras. -----

Relativamente à estrada da Courela da Freixeirinha comprometeu-se que seria cabimentada no orçamento do próximo ano, porque este ano ela não foi cabimentada. Disse ainda que, perante os moradores presentes na sala, se algum dos concursos

Amme

respeitantes às obras elencadas ficar deserto, a respetiva verba irá transitar para a intervenção desta estrada. A política faz-se de escolhas e de prioridades, sendo que as obras das Escolas são consideradas prioritárias. Esta intervenção será uma obra de fundo, de aproximadamente 200.000,00 euros, pelo que de momento não é possível realizar. De momento, a intervenção possível será a aplicação de algumas massas frias, mas no primeiro quilómetro apenas. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para questionar se o público presente desejava usar da palavra, neste primeiro período. Questionou ainda sobre a autorização para captação da imagem no âmbito das intervenções do público. -----

Interveio o Senhor Jorge Manuel, em representação da população das Silveiras, a qual foi confrontada recentemente com a informação que não seriam realizadas mais consultas no Posto Médico das Silveiras, até transferência para novas instalações. Face a esta situação, a população decidiu avançar com algumas formas de luta para a reposição imediata das consultas até que haja uma solução definitiva. Assim sendo, estiveram concentradas junto ao posto médico, algumas dezenas de pessoas, apresentando as suas preocupações e dificuldades em se deslocar ao Centro de Saúde em Montemor-Novo, que fica ainda longe da estação rodoviária, em que uma grande parte da população é idosa, tem reformas baixas e com dificuldades de mobilidade. Os utentes reconhecem que as instalações não são as melhores, mas se as consultas decorreram muitos e muitos anos naquele local, agora o argumento de não ter condições não convence estes utentes. Quando foi a pandemia da COVID-19, o médico vinha duas vezes por semana e depois só uma vez, mas sem qualquer consulta, é uma situação insuportável. No entender da população, e como foi divulgado pela comunicação social (RTP1 e SIC), a limpeza e pintura do atual Posto Médico existente seria a solução mais rápida, enquanto se aguarda pela solução temporária apresentada na reportagem de que a autarquia está a tratar do problema, com a colocação de um contentor até o novo Posto Médico estar construído. Portanto, esta é uma solução que deixará esta população sem médico por seis meses, porque há dois meses que não há consultas nas Silveiras. Sendo uma responsabilidade assumida pela autarquia em 2021, em nome daquela população que se apresenta nesta sessão da Assembleia Municipal pedir à Câmara Municipal informações concretas sobre a situação e qual a pressão que está a ser feita junto da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, para que as consultas sejam retomadas rapidamente. Entregou ainda ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um abaixo-assinado pelo funcionamento do Posto Médico de Silveiras, o qual será remetido para outras entidades. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a luta é de todos e que o executivo já tomou decisões acerca do assunto. De seguida deu a palavra à Senhora Vereadora Sílvia Santos para prestar mais esclarecimentos. -----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Sílvia Santos disse que o Município está solidário com a população das Silveiras e com a população de todo o Concelho no que diz respeito aos cuidados de saúde primários nas freguesias. Dentro das possibilidades, o que o Município pode fazer é a colocação de contentores provisórios, num lote que existe no loteamento municipal, para terem condições quer utentes, quer médicos, quer enfermeiros, quer administrativo para administrarem estes cuidados de saúde. Por outro lado, o Município fará a pressão necessária junto da ULS. Também este



abaixo-assinado será uma mais-valia e por isso será feito o seu encaminhamento, no sentido de reforçar a importância e a necessidade. Saliou ainda que a informação que tinha era que a falta do assistente administrativo é que tinha levado ao encerramento do espaço. Tem conhecimento da falta de médicos e que o espaço não é de facto o melhor. Afirmou que, com a transferência de competências, efetivamente o Município ganhou essa capacidade de conservação e de manutenção do espaço e tudo aquilo que for possível fazer será realizado. Reforçou que o Município, fará a pressão necessária junto das entidades responsáveis. A eleita informou ainda que em conjunto com a freguesia de São Cristóvão, encontrou-se uma solução, bem mais digna do que aquilo que existia, assim como em Cortiçadas de Lavre, também em conjunto com a Junta de freguesia se arranjou solução. Por isso, a solução para as Silveiras também está ao alcance e passará numa primeira fase com estes módulos novos que possuem excelentes condições. Posteriormente, a obra irá ser lançada também, no âmbito do PRR e que terá de ficar concretizada até meados de 2026. Considera que haverá novidades nos próximos meses, talvez até julho. -----

Seguidamente pediu a palavra um outro munícipe de nome Pedro Fernando, residente em Courelas da Caneira, afirmando que a estrada do Pedrógão foi desclassificada no PDM, do anterior para o atual, e que é do conhecimento do Executivo a necessidade de uma intervenção nessa via. Ao longo dos anos que é residente naquela zona e no final de cada inverno havia sempre uma intervenção da Câmara, no sentido de melhorar o seu estado após as chuvas. No entanto, esta situação veio a alterar-se e há alguns anos que não tem acontecido. Uma vez que não foi mais intervencionada, a situação só se vai agravando, quer pela chuva, quer pelas viaturas que passam. Mostrou a sua satisfação pela informação transmitida pelo Senhor Presidente de que existe um orçamento para a referida intervenção e a intenção de colocação de massas frias. Relatou ainda uma informação partilhada com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado que em novembro havia uma intenção de pôr massas frias, mas não foram colocadas. Considera que os adiamentos têm sido sucessivos e mostrou preocupação no caso de ser necessário passar uma ambulância para dar apoio à obra que está a ser feita na barragem, muito dificilmente conseguirá passar. Por tudo isso reforçou o pedido para a colocação, se não for de massas frias, que seja de brita. Lembrou que muitas pessoas estão ali a fazer investimentos e necessitam passar naquela estrada. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença dos moradores, mas tal como já tinha afirmado na anterior intervenção, essa estrada está num estado lastimável. Mas a grande questão é que não é só essa estrada, é também a de Safira, a de Cabrela-Landeira que espera há quatro décadas, para ser intervencionada. Em resumo, há muito a necessitar de investimento, porque o território é grande, são 1.232 km<sup>2</sup>. -----

Voltou a intervir o Senhor Pedro Fernando referindo que para além da estrada não ter sido intervencionada, as estradas que estão paralelas, também não têm sido intervencionadas. Mesmo a estrada que dá acesso à localidade, são os próprios moradores que colocam de vez em quando um bocado de pedra para conseguirem transitar. -----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que a intenção não é de todo retirar o alcatrão e tornar em terra batida. A intenção é investir os 195.000,00 euros, com o IVA incluído, e colocar a estrada na sua extensão, até onde tem alcatrão de modo a ficar transitável. Reiterou a informação de que já deu indicação aos serviços municipais para se colocar massas frias, essencialmente no primeiro quilómetro, que é onde serve mais moradores. Frisou que ficou muito por fazer neste Concelho de Montemor-Novo, mas neste momento não há financiamento comunitário para alcatrão no nosso país, e há que estabelecer prioridades, e tal como disse há pouco, as prioridades para este ano estão lançadas. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu ainda a palavra à Senhora Alexandra Lopes, como representante dos moradores e amigos da Courela da Freixeirinha, destacando também os muitos problemas da estrada de acesso. Relatou as várias reuniões quer com o Senhor Presidente da Câmara, quer com o Senhor Presidente da União de Freguesias e que recentemente receberam um mail, da parte da Câmara, com uma resposta que não os satisfaz. Assim questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual é o planeamento da Câmara, no sentido de perceberem como é que vai ser a intervenção nesta estrada, após os vários arranjos que não têm sido eficazes. A vinda à Assembleia Municipal é uma forma de demonstrar a sua desolação quanto à forma de tratamento deste assunto. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal lamentando o facto de continuarem insatisfeitos com a forma de tratamento, porque as reuniões já foram bastantes. Aquela é a estrada de terra batida mais intervencionada em todo o Concelho, durante largos anos. Este ano teve já uma intervenção de 15.000,00 euros mais IVA, que incluiu a renovação das passagens hidráulicas que estavam lá desde os anos 80. O Município tem mostrado sempre disponibilidade para reunir com os moradores e a estrada tem sido intervencionada mais que muitas vezes e neste momento é a melhor estrada de terra batida de todo o concelho de Montemor-o-Novo. A estrada irá continuar a ser intervencionada todos os anos, infelizmente mais intervencionada do que as outras, iremos fazer um trabalho de escarificação, que foi um trabalho experimental num troço de terreno que depois se resultar irá ser transferido para zonas mais complicadas, mas neste momento os problemas hidráulicos, os problemas que têm a ver com as águas, estão resolvidos. Neste executivo não será colocado alcatrão porque para ser alcatroada aquela estrada, teremos que negociar com os proprietários para fazer outros percursos e porque se trata de um investimento de mais de um milhão de euros. -----

Pedi novamente para intervir a munícipe Senhora Alexandra Lopes referindo que os moradores não estão a pedir o alcatroamento da estrada, o que lhes disseram em reuniões decorridas foi que a partir de março a estrada seria intervencionada e não o foi e não há novo planeamento. Apenas pedem que lhes seja comunicado um planeamento, porque lhes disseram em dezembro, depois em março e até ao momento não aconteceu. Na sua opinião a questão é a forma como se comunica. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que irá à próxima reunião de câmara um concurso público para intervenção nas estradas de terra batida do Concelho, que irá decorrer a seu tempo, sujeito a reclamações ou não, e que a estrada de terra batida irá ser intervencionada durante o ano. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que iria dar início à ordem de trabalhos.

1.º Ponto – Proposta de Prestação de Contas de 2023 -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção agradecendo a presença das técnicas da autarquia, Doutora Susana Curto e Doutora Elisabete Frade, para esclarecimento de dúvidas que possam surgir. De seguida informou que o orçamento inicial para o ano de 2023 tinha um montante global de 26.980.000,00 euros. Durante o ano tivemos 38 alterações orçamentais, 36 permutativas e 2 modificativas, ou seja, 36 alterações normais e duas revisões orçamentais, com a antiga nomenclatura, e o orçamento passou a ser de 30.223.703,95 euros. Foi ainda registado um grau de execução da receita de 90,67%, que em 2022 tinha sido de 91,23%. O grau de execução da despesa foi de 79,70%. Em 2022 foi ligeiramente mais baixo. Registou-se assim o equilíbrio orçamental que obriga a que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente paga, acrescida das amortizações médias dos empréstimos. Assim sendo, houve um excedente orçamental de 434.192,54 euros. -----

Elencou de seguida algumas das ações que se destacaram dentro dos eixos de intervenção municipal. Assim, no que respeita à democracia participativa, continuaram a ser transmitidas as reuniões de Câmara Municipal. A divulgação da informação da atividade municipal das Juntas de Freguesia e das Forças Vivas da Comunidade foi uma constante ao longo do ano, decorreram um conjunto de importantes visitas ao nosso território em articulação com todas as Juntas de Freguesia e em Cabrela, no mês de março de 2023, foi realizado o primeiro Encontro Interjuntas, deste mandato. Saliu ainda que as comemorações do 25 de Abril iniciaram um novo caminho novo em 2022, numa democracia plural e representativa e a Sessão Solene no dia 25 de Abril de 2023 constou também a intervenção de todas as forças políticas numa ação livre e dignificando as celebrações desta data tão importante. -----

Continuando a sua intervenção, disse que, no âmbito do desenvolvimento económico e emprego, deu-se continuidade a uma política de abertura económica ao investimento nacional e estrangeiro, com a fixação de duas novas unidades na Zona Industrial da Adua e mais duas novas unidades em fase de projeto. A nível fiscal, foi uma derrama com taxa de 1% sobre lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre IRC e mantendo-se a taxa reduzida a 0,5% para as empresas que tenham tido negócios, no ano anterior, inferior a 150.000,00 euros. Considera que esta medida se traduziu num ganho para as pequenas e médias empresas de cerca de 90.000,00 euros. Para além disso e com o objetivo de dinamizar o comércio local, foi dada continuidade ao Protocolo local em parceria com as Juntas de Freguesia e a Associação Comercial de Évora. Destacou que a iniciativa “Mor Natal” teve um investimento de cerca de 85.000,00 euros, na iniciativa “Voucher de Apoio à Família”, em junho, de 17.000,00 euros e na Noite Branca, com bastante sucesso, teve um investimento de 1.241,00 euros. Assim sendo, o investimento municipal total, no Protocolo Local foi de 103.444,53 euros. A Startup continuou com a sua importância fundamental no acolhimento de novas empresas, foi também comemorado o décimo aniversário desta infraestrutura, com a segunda edição do concurso de Ideias de Negócio. Teve ainda lugar o Mês do Empreendedorismo, tendo decorrido nove iniciativas direcionadas aos empreendedores, empresários e comunidade do concelho. Quanto ao SEMEA,

*Amme*

Estratégia Alimentar e Gabinete do Produtor Agrícola tem vindo a consolidar um acompanhamento ao setor primário, com uma grande aproximação ao setor agroalimentar. Decorreu a campanha da Cebola Roxa de Montemor-o-Novo, um sucesso, foram apoiados 29 produtores com um investimento de 2.035,00 euros. -----  
Decorreram vários programas, nomeadamente “Ao Sabor das Estações”, a 7ª Semana da Bolota e na Feira Da Luz foi feito o lançamento da segunda revista SEMEA, do website, assim como do segundo ciclo de vídeos de promoção dos produtos locais. O investimento no SEMEA foi, durante o ano de 2023, de 49.768,77 euros. -----  
No que diz respeito à habitação e reabilitação do Centro Histórico, teve início em 2022 o levantamento de imóveis em ruínas e devolutos, para a concretização da Estratégia Local de Habitação. Posteriormente, em 2023, realizou-se a revisão da Estratégia Local de Habitação, em especial do Programa Primeiro Direito com financiamento do PRR. Desse trabalho resultou uma Estratégia Local de Habitação quase nova, aprovada pela Assembleia Municipal e pelo IRU, passando de uma possibilidade de financiamento máximo de 3.115.000,00 euros para 14.840.000,00 euros. Os beneficiários diretos também passaram para 44, quando em 2021 eram previstos apenas 10. -----  
Destes, 5 beneficiários diretos já têm as suas candidaturas submetidas à presente data. No que diz respeito ao terceiro setor na estratégia local de habitação, já está submetida nesta data a candidatura de uma IPSS com a intenção de reabilitar 12 fogos do seu parque habitacional. No que diz respeito ao parque habitacional, propriedade do município, já se encontram submetidas candidaturas para a reabilitação de 17 habitações incluindo o prédio sito na rua D. Sancho I, estando já concluídos os projetos para 15 destes 17 fogos. -----  
Na área da cultura, educação, saúde e ação social, em 2023, continuou a ser oferecida uma enorme diversidade de atividades multidisciplinares, foram apoiadas as associações culturais, totalizando cerca de 563.805,24 euros. As atividades formativas continuaram de forma regular, em 2023, com a Oficina do Teatro e do Imaginário, com cerca de 20 participantes, a Escola de Ballet com 70 alunos e a Oficina do Canto com cerca de 15 elementos. Foi dinamizado o Ciclo da Primavera com 26 atividades culturais em todas as freguesias, totalizando, no ano de 2023, um investimento de 48.851,27 euros. Destacou ainda as Comemorações do dia 8 de Março e do 25 de Abril de 2023 com um investimento total de 38.000,00 euros. Realizou-se em março de 2023 a Festa do Teatro, em parceria com diversas estruturas locais, Alma de Arame, Projeto Ruínas, Trimagisto, Grupos Amigos de Montemor, Theatron e Espaço do Tempo, com uma despesa total de 21.830,00 euros. Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente destacou a continuidade do Cineclub e da Filmoteca, num investimento de 41.000,00 euros. Foi organizado o 5º Encontro Internacional da Aguarelas, em Montemor-o-Novo. No mês de agosto, foi recebido em Montemor-o-Novo, o Festival 7 Sóis 7 Luas, com investimento de cerca de 17.500,00 euros e em dezembro, o Festival Terras Sem Sombra, para formação também de novos públicos, com investimento de cerca de 11.000,00 euros. Destacou a atividade regular da Oficina da Criança, enquanto espaço de porta aberta, com os diversos ateliês a funcionar, registando uma média diária de 70 crianças em regime livre. A Biblioteca Municipal, teve uma despesa de funcionamento, para além dos custos naturais, um acréscimo de 394,00 euros com a realização de ações de proximidade com a comunidade. -----

Neste âmbito, tivemos o projeto “do Rio ao Mar” em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, com a encenação de um conto para todos. No que respeita ao Roteiro Literário Levantado do Chão, iniciaram-se as obras de instalação do Centro Interpretativo, procedeu-se à instalação de totens e implementação de sinalética, investimento, em 2023, de cerca de 155.000,00 euros. A Galeria Municipal recebeu 7 exposições temporárias, com um total de 656 visitantes. -----

No que diz respeito à área de educação, foi consolidada a transferência de competências, com a realização também de reuniões de admissão de acompanhamento e monitorização. Para além disso, o Município continuou a assumir a gestão direta dos refeitórios escolares da Escola Básica de São João de Deus e da Escola Secundária, desencadeando concursos públicos para o fornecimento de bens alimentares de 2023-2024, assim como a gestão direta da dinamização das atividades de enriquecimento curricular e AECs, nas escolas básicas, com a afetação de cerca de 33.000,00 euros. Referiu-se ainda à atribuição cerca de 109 bolsas de estudo para o ensino superior, com o valor global de 99.900,00 euros. Para a gestão dos refeitórios escolares, papelaria e buffet escolar, foi adquirida a plataforma Siga Edubox, no valor de 61.500,00 euros. No sentido de possibilitar o acesso gratuito a conteúdos pedagógicos a todos os alunos do Concelho, foram investidos cerca de 60.000,00 euros na plataforma Escola Virtual, para três anos letivos. Foi ainda implementado, neste ano letivo, o projeto “O Cientista Regressa à Escola”, com participação de 65 alunos. O Município manteve a atribuição de verbas para visitas de estudos, material didático, material de desgaste, material de primeiros socorros, perfazendo 12.000,00 euros. A Universidade Júnior, realizada no Porto de 10 a 14 de julho, teve um investimento de 4.205,00 euros para 20 jovens montemorenses. Continuando no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, destacou ainda a abertura de uma sala de pré-escolar da rede pública na freguesia de Cabrela, no ano ativo de 2023-2024. Também decorreu a reabertura da Escola Básica nº 3 de Montemor-o-Novo com duas salas de aula para 40 alunos do primeiro ano. Também o Jardim de Infância nº 1 de Montemor-o-Novo passou a funcionar no edifício requalificado, um investimento concluído em 2023 que somou 442.031,60 euros. Destacou ainda a aquisição de equipamentos para os parques infantis da Escola Básica, nº 2 de Montemor-Novu, no valor de 27.069,00 euros e para a Escola Básica nº 1 de Vendas, em Silveiras no valor de 25.638,00 euros, através de protocolos com a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. -----

Na área da saúde, foi efetivada em dezembro de 2022, a transferência de competências, que, na sua opinião, trará benefícios para a população porque fomenta uma política de proximidade e de diálogo. Destacou os protocolos com a Casa do Povo de Cabrela no valor de 3.000,00 euros e com a Casa do Povo de Lavre, no valor de 3.500,00 euros, para o funcionamento das respetivas Unidades de Saúde. Em 2023, iniciou-se a colaboração com a Junta de Freguesia de São Cristóvão e com a ARS para a concretização das obras de qualificação da Unidade de Saúde de São Cristóvão. -----  
Decorreu um vasto conjunto de iniciativas tendo em conta a política de saúde do Município, nomeadamente a promoção de hábitos de alimentação saudáveis na comunidade e prevenção de doenças relacionadas com a alimentação. Em 2023, o Município garantiu que as refeições escolares observem as necessidades nutricionais dos alunos, fornecendo uma variedade de alimentos que promovem um crescimento

saudável e o desenvolvimento cognitivo adequado. Foi celebrado o Mês do Cidadão Idoso e o Dia Nacional da Diabetes com a realização de um rastreio para todos os trabalhadores do Município. -----

Na ação social, a transferência de competências para o Município materializou-se no início do ano de 2023, em janeiro, tendo sido protocolada com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, a delegação de Competências, no âmbito de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, o SAS, e também o Acompanhamento dos Beneficiários de Rendimento Social de Inserção. -----

Neste âmbito, durante o ano de 2023, foi efetuado o acompanhamento a 212 famílias, num total de 490 pessoas e foram atribuídos 65 apoios económicos, sendo os apoios para a saúde e para a habitação sido os mais expressivos. Foi ainda adquirida uma viatura 100% elétrica para melhorar a capacidade da resposta deste serviço, que custou ao Município 42.373,50 euros. -----

No âmbito do Turismo e Património Cultural e comparativamente a 2022, nos postos de atendimento no Município, ou seja, no Posto de Turismo e no Centro Interpretativo do Castelo, registou-se uma subida de 18% no número de atendimentos. A promoção e divulgação do Concelho, do ponto de vista turístico, tem sido uma prioridade, nomeadamente com a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, na BTL, expoente máximo desta aposta. Destacou ainda a promoção do Roteiro Literário Levantado do Chão na BTL 2023. Foi estabelecido o Protocolo Formação Mais Próxima, estabelecido com o Turismo de Portugal, com o objetivo de capacitar o tecido turístico local com novas valências. À semelhança de anos anteriores, na edição de 2023, do Projeto “Vamos Falar Turismo” decorreu um momento de diálogo e debate de ideias entre os agentes turísticos do Concelho e as instituições, tendo por tema principal a sustentabilidade. Tiveram ainda lugar as comemorações de alguns dias temáticos, como um peddy-paper no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, celebrado a 18 de abril. Foram investidos cerca de 20.000,00 euros na 19ª edição do Festival de Sopas, uma aposta ganha, na opinião do Senhor Presidente, em que participaram 14 agentes locais. Em julho de 2023, o banquete Manuelino anunciou o regresso da Feira Medieval ao Castelo de Montemor-o-Novo, que terá lugar em meados de junho de 2024. Tiveram lugar diversas visitas ao património cultural e religioso com bastantes participantes e foram inauguradas as novas instalações do Centro Interpretativo das Grutas de Escoural, um investimento total de 80.808,02 euros, com protocolo de cedência dos materiais arqueológicos entre o Município e o Museu Nacional de Arqueologia, painéis expositivos e vitrines com os objetos originais e impressões 3D. Foi também inaugurada a Exposição “As Relíquias de São Filipe e seu companheiro” e a Exposição “Misericórdia - História e Arte”, no valor total de 12.191,67 euros. -----

Foi concluída a reparação das fontes e placa do Largo dos Paços de Concelho, empreitada no valor de 74.000,00 euros. Realçou ainda o início do procedimento para as ações previstas no projeto de Património Geológico do Rio Almansor, salvaguarda e divulgação do Património Geológico do Rio Almansor. Este protocolo, estabelecido entre do Município, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências e a Universidade de Évora, tem como objetivo estudar o património geológico e dar-lhe a relevância merecida. -----

No desenvolvimento urbanístico, sustentabilidade e qualidade de vida, realçou a implementação da plataforma NoPaper para a desmaterialização dos processos

urbanísticos online, com um investimento de 45.510,00 euros, um investimento na modernização administrativa do nosso Município, dando especial atenção a todas as freguesias. -----

No que respeita ao Gabinete de Apoio às Freguesias, o senhor Presidente da Câmara referiu que tem sido um garante do apoio igualitário a todas as freguesias e que os protocolos de colaboração totalizaram cerca de 188.000,00 euros, as Adendas aos Contratos Interadministrativos, no âmbito das transferências de competências, cerca de 190.000,00 euros e as Adendas aos Contratos Interadministrativos para transporte escolar, lanches e refeições escolares cerca de 172.000,00 euros. Quanto aos Autos de Transferência da Direção-Geral das Autarquias Locais, totalizaram cerca de 267.000,00 euros, distribuídos pelas freguesias do Concelho. -----

Informou ainda que, durante o ano de 2023, foi adjudicada a empreitada de pavimentos betuminosos em ruas de freguesias do Concelho de Montemor-o-Novo, com um valor total de 237.271,92 euros. A regularização de estradas e caminhos de terra batida da rede viária teve um investimento em 2023 de 230.868,00 euros. -----

Na área da gestão regular de cemitérios, destacamos um investimento de 28.017,00 euros, referente a uma nova aplicação para registo e processamento dos pedidos de inumação, com o objetivo de melhorar as condições de inumação e exumação na gestão do terreno, placas identificativas, sepulturas e urnas para depósito temporário de ossadas. -----

Na frota automóvel do Município, foram celebrados os contratos de aquisição do minibus, que custará 325.704,00 euros e uma viatura ligeira de passageiros, de nove lugares destinada ao transporte escolar, no valor de 44.015,00 euros. -----

No que diz respeito ao bem-estar e segurança animal, o Serviço Municipal de Veterinária teve uma elevada atividade durante o ano de 2023, destacando o projeto de melhoramento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, um projeto orçamentado em 29.900,00 euros, realizaram-se diversas recolhas e adoção de canídeos e felídeos, procedeu-se à vacinação e desparasitação de canídeos, à esterilização de mais de 500 animais. Foram desenvolvidos diversos contactos oficiais e reuniões com a Tutela, com as infraestruturas de Portugal, com a CCDR Alentejo, com a Sra. Ministra da Coesão Territorial, com vista a desenvolver o processo para encontrar a melhor solução economicamente viável que retire o trânsito de viaturas pesadas de transporte de mercadorias do centro da cidade de Montemor-o-Novo. Foram ainda dados passos importantes para a estratégia de mobilidade urbana sustentável, MobiMor, com o projeto MorBike. No que respeita ao Projeto MorBus, encontra-se em fase de contratação a decorrer pela CIMAC, prevendo-se até final do ano o início da circulação de um minibus em Montemor-o-Novo. Para além disso, decorre também, com a CIMAC, a contratação de um período experimental de transporte público flexível, transporte a pedido, chamado MorTaxi. Prosseguindo no uso da palavra, afirmou que, na área ambiental e de adaptação às alterações climáticas, encontra-se aprovado o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Montemor-o-Novo, um documento estratégico. Continua a decorrer a construção da Estratégia Municipal Ambiental de Montemor-o-Novo, a qual foi apresentada, há poucos dias atrás, essencial para o presente e para o futuro e também se iniciaram os trabalhos valorização da rede hidrográfica de Montemor-o-Novo. Foram desenvolvidos trabalhos de limpeza e desobstrução na Ribeira de São Geraldo e também no Rio Almansor, no

*Camilo*

Portas Lãs de Cima, no Portas Lãs de Baixo, e também, em conjunto com a AGDA, o Município procedeu à limpeza de sedimentos no açude do Moinho da Abóbada situado no Rio Almansor, tendo sido retirados cerca de 130 toneladas de sedimentos, constituídos principalmente por areias e matéria orgânica. No que diz respeito ao abastecimento de água para consumo humano, saneamento, águas residuais e resíduos, o Senhor Presidente realçou o investimento de 19.000,00 euros na implementação de macro-medição nos sistemas de abastecimento de água de Santa Sofia, São Cristóvão, São Brissos e Santiago de Escoural, com a colocação de caudalímetros, sondas de nível e equipamentos de comunicação para assegurar a telegestão de todos os reservatórios ou pontos de entrega, com medição em tempo real dos consumos de água nestes sistemas. Todos os sistemas, neste momento, possuem macro-medição em todos os reservatórios de distribuição. Destacou também a execução de furos de pesquisa e captação de água no sistema de abastecimento das Silveiras, um investimento de 158.630,00 euros, financiado pelo Fundo Ambiental. Foram criadas soluções de compostagem em todo o Concelho e um circuito piloto de recolha seletiva no sector HORECA, hotelaria, restauração e cafetaria, dando assim, cumprimento à obrigação legal de instalar soluções para os biorresíduos até final do ano de 2023. Foram criadas oito ilhas de compostagem, realizadas ações de sensibilização e distribuídos compostores domésticos. Foram reforçadas as soluções de recolha através da aquisição de duas viaturas elétricas que custaram ao Município cerca 92.225,00 euros e de contentores metálicos de 12 metros cúbicos e baldes de 60 litros. Nos óleos alimentares usados, foi concluído o projeto de alteração da rede urbana de oleões, melhorando a imagem e condições de valorização deste resíduo. O Município realizou um investimento considerável na substituição de equipamento para deposição de resíduos na via pública, cerca de 29.000,00 euros, com o objetivo de reforçar o controle de pragas urbanas, garantir as condições para obter a autorização prevista na lei para a aplicação de fitofármacos, melhorar a frota e reforçar a equipa de higiene e limpeza, tendo em vista um serviço mais eficiente e sustentável. No desporto e juventude, foram promovidos diversos eventos municipais e dados apoios a outros eventos promovidos pelo movimento associativo, sempre com o objetivo de garantir desporto para todos. O concelho teve uma intensa atividade desportiva, para toda a comunidade, promovida em parceria com a CIMAC, com as Juntas de Freguesia, com as associações e com o Agrupamento de Escolas, sendo realizados ao longo do ano de 2023 mais de 50 eventos desportivos, com custo total de 28.703,00 euros. A nível de infraestruturas desportivas, o ano de 2023 ficou marcado pelo grande investimento na instalação do relvado sintético no campo de futebol de Fazendas do Cortiço e pela substituição do relvado sintético do Parque Desportivo Municipal, com um investimento de 568.566,71 euros, mais de meio milhão de euros. Tiveram lugar diversas atividades no Centro Juvenil, na área da música, da robótica, novas tecnologias, alimentação, Voluntariado Jovem, com um investimento de cerca de 45.000,00 euros. Ao nível do Empreendimento Juvenil, foi iniciada a criação e implementação de programas pedagógicos de empreendedorismo nas escolas e outras atividades, como por exemplo o dia do empreendedorismo, as sessões de apoio a clubes, consultas individuais de ideação e o workshop de criação de currículos. -----  
No que diz respeito à Proteção Civil e Segurança, realçou a importância do reforço do quadro de recursos humanos do Serviço Municipal de Proteção Civil, referindo que



*Amme*

durante o ano de 2023 foram realizadas diversas atividades, nomeadamente, o Mass Training INEM, o simulacro no Cineteatro Curvo Semedo, o simulacro na Escola Conde Ferreira e o simulacro no Aeródromo Municipal. Foram realizados os Plano de Coordenação para as Jornadas Mundiais da Juventude, para a Feira da Luz 2023, para a Feira das Sopas e foi prestado apoio no Plano de Coordenação para o Festival de Lavre e para o World Heritage Festival, em Cabrela. -----

No âmbito do plano de coordenação para a Feira da Luz, foi implementado um posto de socorro no recinto da feira, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo. Foram realizadas algumas ações de formação, em programa de sensibilização e formação escolar, em parceria com os Bombeiros de Montemor-o-Novo e o Centro de Saúde, foram também iniciadas ações com os funcionários das escolas em suporte básico de vida, utilização e manuseamento de extintores e constituição da caixa de primeiros socorros. -----

No âmbito do Gabinete Técnico Florestal, foi implementado o Programa Voluntariado Jovem, com o custo de 5.300,00 euros, realizaram-se limpezas das faixas de gestão de combustível em estradas e caminhos municipais, um investimento de 35.000,00 euros. Acrescentou ainda a implementação do Plano de Ação de Vigilância e Controlo da Vespa Velutina, em parceria com a CIMAC, recorrendo a fundos comunitários. Continuou a ser dado o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-Novu, frisando a importância desta associação e esclarecendo que alguns dos apoios foram mesmo aumentados. Assim sendo, em 2023, manteve-se o subsídio ordinário de 120.000,00 euros, cerca de 10.000,00 euros mensais. Destacou ainda o apoio ao Arraial de Verão, à inspeção de viaturas, ao apoio na Feira da Luz, à compra de equipamento para instalações que totalizam 22.305,00 euros, ao protocolo para aquisição de viaturas de 18.120,00 euros, ao apoio a duas equipas de intervenção permanente que totaliza 58.400,00 euros, ao apoio nas refeições para o dispositivo especial de combate em incêndios rurais, no valor de 11.120,00 euros. Em resumo, o apoio concedido à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo totalizou, em 2023, o montante de 230.075,08 euros. Terminou a sua intervenção dizendo que, no que diz respeito às atividades do Município de Montemor-o-Novo, pelo trabalho realizado, com o esforço, colaboração, disponibilidade e união de todos, por certo serão alcançados os propósitos a que este executivo se comprometeu, rumo a um futuro melhor para o concelho. -----

Pediu a palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino manifestando um agradecimento e um reconhecimento aos trabalhadores da Câmara Municipal que trabalharam e se empenharam para que estes documentos pudessem estar presentes nesta data para apreciação da Assembleia Municipal. Sobre o conteúdo dos documentos, a eleita disse que um dia depois da comemoração do 25 de Abril de 1974, deveria ser celebrada uma das principais conquistas de Abril, o poder local democrático, com a sua raiz democrática e descentralizadora, assente na participação pública e na proximidade entre as populações e os eleitos locais. No entanto, considera que não é esse o exercício do poder local que o Concelho de Montemor-o-Novo tem vivido desde meados de outubro de 2021. Acrescentou que a Prestação de Contas da atividade da Câmara Municipal do ano de 2023, segundo ano completo do mandato PS, PSD e CDS, revela uma gestão descuidada, desorganizada e sem estratégia política, porque os programas eleitorais do PS e do PSD e CDS não são compatíveis, pelo contrário, são até

contraditórios. Promoveu um enorme acréscimo da despesa corrente, das despesas com o pessoal e com a prestação de serviços, não se traduzindo em melhorias na resposta de serviço público à população. Na sua opinião, esta gestão não acautelou o impacto da transferência de competências, aceitando sem reservas tudo o que o governo empurrou para cima da Câmara Municipal, na educação, na saúde, na ação social, no património, etc. Continuando a sua intervenção afirmou que a resposta do serviço público à população do Concelho não está melhor com a gestão PS-PSD-CDS, nem nas áreas que foram agora transferidas pelo Governo, nem nas outras. Referiu ainda que muito se escreve sobre a democracia participativa, mas os habitantes do Concelho ainda não tiveram oportunidade de falar com os eleitos com pelouros na rua, na sua localidade, em iniciativas abertas, programadas e divulgadas publicamente e atempadamente. Para além disso, também ainda não receberam, na caixa do correio, nenhum boletim referente à atividade municipal no presente mandato. Disse ainda que, em muitas áreas da atividade municipal, a atual gestão limitou-se a dar seguimento a projetos e iniciativas que a anterior gestão CDU já promovia ou já tinha previstos. Para além disso, existe uma maior dispersão de serviços, mais trabalhadores para organizar e coordenar, ainda assim a resposta à população não melhorou. Salientou que apenas adquirir bens e equipamentos e renovar espaços e infraestruturas é mesmo o mínimo da gestão corrente de qualquer autarquia. A estratégia ou estratégias vão aparecendo às fatias ou nem sequer aparecem, como é o caso da estratégia de desenvolvimento do Concelho, que já se iniciou há algum tempo, mas não tendo nenhum desenvolvimento. No caso da questão da retirada de viaturas pesadas de transporte de mercadorias, da Avenida Gago Coutinho, grande bandeira da campanha eleitoral do Partido Socialista, dando a entender aos montemorenses que se resolveria nos meses seguintes ainda não teve solução. Continuando a sua intervenção referiu que o movimento associativo se vê confrontado com maiores dificuldades no acesso a apoios, por parte da atual gestão municipal. Os eleitos da CDU subscrevem todas as propostas e projetos apresentados à Câmara, porque valorizam o nosso Concelho e os montemorenses provendo um serviço público de qualidade e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Terminou dizendo que o que se conclui deste relatório de gestão é que esta resposta municipal da gestão PS, PSD e CDS não está a melhorar a vida dos montemorenses. -----

De seguida interveio a eleita Senhora Ana Silva afirmando ter algumas dúvidas relativamente aos valores, mas sem querer pôr em causa o trabalho técnico. Destacou o aumento dos gastos com pessoal, que segundo o relatório este aumento foi, em parte, originado pelas transferências de competências. Na educação, o relatório refere a entrada de, pelo menos, 86 pessoas, sendo importante fazer referência ao valor associado a estes gastos. Quanto aos proveitos, frisou que não aparecem especificadas no relatório as transferências do Estado, quer para a educação, para a saúde ou para a ação social o que seria relevante para se conseguir avaliar o que realmente está a ser gasto pelo orçamento da Câmara. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, passaram de 7.426.000,00 euros para 8.270.000,00 euros, considerando a taxa de inflação, questionando a que se deve esta subida. Continuou no uso da palavra dizendo que na rubrica “outros gastos e perdas” o valor partitamente duplicou, perguntando sobre qual a razão para esse facto. Considera que apesar do Senhor Presidente dizer que o resultado líquido nas autarquias não é como nas empresas,

*Amme*

podendo não ser positivo, também o resultado antes das depreciações é negativo. Disse que poderá estar relacionado com as transferências de competências, mas através destes documentos não é possível aferir se está ou não a ser gasto dinheiro do orçamento municipal. Destacou ainda que os indicadores económico-financeiros, apesar de serem mais importantes no privado, reparou que a liquidez passa para abaixo de 1, o que, na sua opinião, quer dizer que a longo prazo o Município poderá a vir a ter problemas de tesouraria. Relativamente ao Relatório do Revisor Oficial de Contas, apresenta algumas reservas, ainda assim, parabenizou o executivo pelo cumprimento da norma de contabilidade e gestão e pela inclusão desses dados no relatório. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado, referindo que tendo em conta que existem cerca de noventa e um colaboradores próximos da idade de reforma, cerca de 20% dos recursos humanos, que medidas tem o Município ponderadas para evitar a diminuição da capacidade de resposta aquando da reforma dos mesmos. Para além disso, os documentos referem a existência de um aumento acentuado do número de colaboradores, questionando se existe alguma justificação para esse facto. Todos os indicadores financeiros, conforme já foram referidos, apresentam uma melhoria generalizada, autonomia financeira, liquidez geral, solicitando que o Senhor Presidente pudesse prestar mais alguns esclarecimentos. Ainda no uso da palavra, frisou que apesar do Município não ser uma empresa, os indicadores servem para alguma razão. Assim sendo, questionou se existe uma justificação para a diminuição do saldo de gerência. Verificou-se ainda um aumento das remunerações com o pessoal, que cresceram de 4 milhões em 2021, para 8 milhões em 2023, ou seja 100% de aumento, em dois anos. Acrescentou ainda que no início do documento existe uma referência a que o ano transato marcou a consolidação de transferência de competências, questionando ao Executivo se considera este processo financeiramente viável. Afirmou ainda que o concelho de Montemor-o-Novo ainda não apresentou quaisquer relatórios, à semelhança de outros 43 Municípios que assumiram a delegação de competências. Questionou sobre qual a razão para esse facto e se existe previsão de apresentação dos mesmos. Para além disso, pediu ainda informação sobre que ações já foram realizadas juntamente com o atual Governo por forma a reavaliar os valores alocados à transferência de competências para o Município. -----

De seguida interveio o eleito Senhor Joel Pedreirinho destacando que as questões relacionadas com o fornecimento e serviços externos, nos quais houve um aumento de 12%, não poderão ser justificados somente pelo aumento da inflação, mas também pelo aumento dos preços de energia, entre outros. Quanto aos gastos com pessoal, no qual houve um aumento de 16%, considera que poderá ser justificado pelo aumento do salário mínimo, pela atualização do subsídio de alimentação, mas seguramente também pelo número de funcionários transferidos no âmbito da transferência de competências. Destacou a importância de interpretar o EBITA, que passou de 1.681.000,00 euros para 151.000,00 euros negativos, representando os lucros que provêm antes de juros, impostos, depreciações e amortizações que é uma métrica que visa avaliar o desempenho operacional de uma empresa e sendo negativo, pensa ser preocupante. Em contas públicas, pode ser um sinal de alarme que futuramente possam surgir dificuldades. Da análise do documento verificou ainda um aumento do resultado líquido negativo que pode prover da redução na arrecadação de receitas

municipais e do aumento dos gastos operacionais. Como entidade pública, não tem que gerar lucro, mas tem de ter e respeitar os equilíbrios. Continuando a sua intervenção e relativamente à autonomia financeira, verifica-se que a liquidez geral teve também uma redução, apesar de ser uma entidade pública, teve um valor abaixo de 1, o que indica que a entidade possui mais passivos do que ativos. Considera que, seguramente esta diferença de valores provém da transferência de competências. Assim sendo, questiona se não será importante efetuar uma revisão das despesas da transferência de competências e não continuar a utilizar a mesma métrica ou gestão, por forma a garantir uma gestão financeira sustentável. -----

Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as questões colocadas. Contrariamente à opinião dos eleitos da CDU, considera que este executivo está mais próximo e com soluções para a população. Relativamente às conversas com os munícipes e eleitos, em momentos planeados, lamentou o facto de não ter a mesma conduta. A CDU marcava momentos com gente próxima de si para depois tirar fotografias. Pelo contrário, os eleitos do atual executivo, andam na rua todos os dias e próximos de toda a gente. O executivo tem tido uma articulação interessante com os Presidentes de Juntas de Freguesia, porque são eles que sabem as necessidades e conhecem a realidade de cada freguesia. Acrescentou que estão a ser elaborados boletins para divulgar as obras e as iniciativas realizadas, assim como os apoios às associações do Concelho. Relembrou que o quadro comunitário do PT 2020 fechou em 31 dezembro de 2023, que de momento decorre um período interregno entre dois quadros comunitários. O quadro comunitário PT 2030 está a iniciar-se, pelo que hão - de surgir brevemente os primeiros avisos para apoios às candidaturas no mês de maio. De momento estão a ser preparados os processos para as obras a desenvolver e logo que os avisos sejam publicados, também as obras, consideradas essenciais, quer sejam de reabilitação urbana ou outras, serão iniciadas. No que respeita à reorganização de serviços, salientou que foi preciso reorganizar cinco para nove divisões, por se ter concluído que muitos serviços tinham défice de funcionários. Neste momento todas as equipas estão compostas e a dar uma resposta eficiente à população. A estratégia de desenvolvimento do Concelho ainda não está concluída, decorrendo trabalhos em parceria com a ADRAL. Sobre a retirada do trânsito da Avenida Gago Coutinho, reforçou que não é uma questão de solução fácil, porque se assim fosse também o anterior executivo tinha resolvido. Têm decorrido reuniões com a IP, mas infelizmente pela instabilidade política do Governo ainda não se conseguiu resolver a situação. O atual Governo será contactado para analisar esta temática. Reportou-se depois ao movimento associativo dizendo que teve um apoio de mais de um milhão e quinhentos mil euros no ano de dois mil e vinte três. Em resposta à intervenção da eleita Senhora Ana Silva afirmou que estes relatórios não têm que especificar as divisões dos valores das transferências e dos valores respeitantes ao orçamento municipal. Frisou ainda que quer as contas do Município, quer o relatório de atividades foram elaborados de acordo com a legislação vigente. Reforçou que apenas falta analisar a transferência de competências e perceber se os valores transferidos, no que respeita a saúde (473.964,00 euros), a ação social (202.752,00 euros) e a educação (1.471.269,00 euros), foram suficientes ou não, mas a curto prazo todos terão essa resposta. Esclareceu ainda, no que diz respeito ao aumento dos gastos com o pessoal, o Município teve um acréscimo de trinta e um trabalhadores, todos para o Município,

*Amme*

não para a transferência de competências e que essa foi uma decisão unânime dos quatro vereadores com pelouros. Relembrou que o subsídio de alimentação passou no ano passado de 4,27 euros para 6,00 euros, assim como o aumento do salário mínimo nacional, o que veio afetar os muitos assistentes operacionais que existem no Município. Acresce ainda um aumento geral de 1% para todos os trabalhadores, a avaliação SIADAP e o reposicionamento de alguns trabalhadores, com retroativos a janeiro de 2023. Relativamente aos funcionários afetos a Saúde e apesar de em 2022 apenas ter sido pago o mês de dezembro, no ano de 2023, o Município já teve doze meses em gastos com os referidos funcionários. Todos os aumentos mencionados, que aconteceram por via governativa, conduziram a um acréscimo substancial das despesas com o pessoal. De seguida referiu-se ao acréscimo da rubrica “outros gastos e perdas”, que se trata de uma questão fundamental para a demonstração de resultados. Explicou que, no que diz respeito às correções relativas a anos anteriores, houve uma correção de 715 mil euros, relacionada com o fecho do quadro comunitário e com toda a reformulação da taxa de financiamento dos investimentos do quadro comunitário anterior. Esclarecendo que tudo o que foi proposto a financiamento tinha uma proposta de financiamento de 85%, no entanto, houve montantes não elegíveis que não foram financiados e atendendo a isso houve uma correção de todo o quadro comunitário, agora no fecho. Assim sendo, o financiamento passou em alguns casos a ser de 75%, em outros 72% e outros até de 90%. Estas correções, não foram gastos de tesouraria, mas têm que estar refletidas na demonstração de resultados. Continuando no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que as imparidades também concorrem também para o EBITA, Earnings Before Interest Taxes and Amortization. Estas imparidades foram lançadas por obrigação dos revisores oficiais de contas e foram cerca de 421 mil euros em gastos de imparidades, que dizem respeito à falta de cobrança de IMI e de IUC, por parte da Autoridade Tributária. A Câmara Municipal apenas pode pressionar a Autoridade Tributária para cobrar com mais eficácia estes impostos, de anos anteriores. Só nestes dois fatores e ambos a contribuírem para o EBITA estão 1.136.000,00 euros (715.000,00 euros (correções) e mais 421.000,00 euros (IMI/IUC)). Com tudo isto o EBITDA passava a positivo, apesar dos resultados continuarem a ser negativos. Informou ainda que as amortizações estão influenciadas devido à introdução da concessão E-REDES, que foi um investimento feito no nosso Município, em contrapartida paga trimestralmente uma renda, a qual não aparecia lançada nos anos anteriores. Assim, ao lançar esta concessão, lança-se o património no ativo e lançam-se os diferimentos no passivo, verificando maior influência a nível das depreciações. Assim, este incremento da E-REDES traduz-se num aumento de amortizações de 676 mil euros, mas não financeiro. Em resumo, todo este conjunto de gastos têm influência, mas não afetam a liquidez. Frisou que ao analisar as contas de anos anteriores até este ano, verificou que em 2016 e 2017 o resultado líquido foi negativo, em ambos os anos. Na sua opinião, os eleitos da Assembleia Municipal deveriam ter também analisado o ano de 2023, em termos orçamentais, porque apesar do Município ter um resultado negativo, a receita foi executada em 90,67% e a despesa total foi executada em 79,70%, sendo a melhor execução da despesa desde 2017. Destacou ainda a execução do PPI no valor de 2.648.940,93 euros correspondendo a 45,37%. No final de 2023, o Município tinha cerca de 497 trabalhadores, a dívida orçamental foi de 2.850.034,00 euros e o saldo orçamental de

tesouraria de 695.000,00 euros. Por outro lado, o saldo em 2020, entre a Caixa de Depósitos Bancários e a Dívida Orçamental, foi de 3.189.000,00 euros e nunca dito que a Câmara Municipal estava com dificuldades. Por isso, na sua opinião, há várias formas de olhar para as contas e que a oposição não tem os mesmos pontos de vista de quem está a gerir o Município. -----

Considera que existem soluções para os resultados negativos do Município. Uma das medidas a tomar poderia ser a suspensão das transferências para as associações que, em 2023, foram de 1.487.000,00 euros, reduzindo bastante o resultado negativo. Outras medidas seriam, por exemplo: a suspensão das transferências para as freguesias, a subida das taxas de IMI para o máximo, assim como da derrama de IRC e a redução da comparticipação do IRS. Frisou que este executivo nunca tomará estas medidas, mas que o Município alcançaria assim resultados positivos. Falou ainda sobre os gastos com a educação, a proteção civil, a saúde e a ação social como gastos não transacionáveis. Os gastos com a educação não têm qualquer retorno, porque felizmente a educação é gratuita. Relembrou que a TGR era, em 2020, 11,00 euros por tonelada, em 2021 passou para 22,00 euros, em 2022 manteve-se e em 2023 já foi de 25,00 euros por tonelada. Continuou a sua intervenção dizendo que esses custos não estão refletidos na fatura da água. Gostaria que o saldo da conta de gerência fosse zero, porque isso significaria que tudo seria executado no próprio ano, mas infelizmente não é assim que acontece. -----

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra à Doutora Susana Curto, tendo a mesma afirmado, relativamente ao aumento dos fornecimentos e serviços externos, que existem justificações para isso, como é o caso do aumento dos serviços de recolha de resíduos da GESAMB, cujas as tarifas subiram em 2023. Para além disso, houve ainda o aumento dos valores cobrados pela AGDA relativamente ao saneamento básico e ao fornecimento de água. No ano de 2023 também passou para o Município a gestão dos refeitórios da Escola EB 2,3 de S. João de Deus e da Escola Secundária. Na área da vigilância e segurança, informou que em 2023 a segurança de Centro de Saúde passou a ser assegurada pelo Município, tal como o serviço de limpeza. Quanto à eletricidade das escolas, o aumento também se refletiu na subida do valor em 2023. Ainda no uso da palavra, disse que no que respeita ao relatório do processo de transferência de competências, embora ainda não esteja concluído, já tem grande parte do trabalho desenvolvido. Até ao mês de dezembro, o serviço esteve a elaborar o orçamento para 2024, que foi um orçamento diferente e mais trabalhoso. Relembrou que, enquanto antigamente no serviço eram recebidas, 700 a 800 faturas por mês, neste momento, só dos refeitórios escolares, está uma funcionária a registar as faturas. Especificando que existe uma fatura por cada tipo de leite e por cada escola, o que perfaz um número exorbitante de faturas. Disse ainda que a questão das AECs, também passou para o Município, sendo que, no momento cerca de 30 a 40 prestadores de serviços, passam recibos mensais e que depois multiplicados por 8 ou 9 meses, dão um número bastante razoável. Perante tudo o que foi exposto, os relatórios ainda não se encontram concluídos. Continuando a sua intervenção, explicou que se trata de um processo feito manualmente, através da inserção de um código na ordem de pagamentos para cada transferência de competência, o qual é diferente quer seja para a área da saúde, da educação ou da ação social. No que respeita às questões relacionadas com o pessoal, a partir de maio de 2023, a aplicação já permite afetar

diretamente as pessoas que desempenham funções nas escolas ou no centro de saúde, fazendo automaticamente esse trabalho, aquando do processamento do respetivo vencimento. Por outro lado, no caso da educação, houve necessidade de recuperar o tempo entre abril de 2022 e maio de 2023 e fazer a referida afetação para cada um dos funcionários. Considera que sendo um trabalho construtivo, espera que o próximo relatório possa ter melhor discriminadas as áreas em que o Município recebeu a transferência de competências. -----

Ainda sobre a mesma temática pediu novamente a palavra a eleita Senhora Ana Silva agradecendo as respostas prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara e questionando se o executivo poderia prestar esclarecimentos sobre quais as recomendações constantes do Relatório do ROC, uma vez que o mesmo refere a necessidade de melhorias futuras. -----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente disse que o Governo passou a Escola EB 2,3 para património do Município, mas sem avaliação patrimonial. -----

De seguida deu a palavra novamente à Doutora Susana Curto, que esclareceu que as melhorias mencionadas eram essencialmente sobre o capítulo da transferência de competências que, futuramente, terá que ser melhorado. -----

De novo no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara reforçou que não se tratam de erros materiais, mas pequenos lapsos ou gralhas. -----

De seguida interveio a eleita Senhora Hortênsia Menino afirmando que o relatório de gestão, relativo ao ano 2023, refere a fixação de duas novas unidades na zona industrial. Questionou quais são essas duas novas unidades e quais as áreas de intervenção das mesmas. Referiu-se ainda ao facto de que o acréscimo exponencial da taxa de gestão de resíduos tem sido um dos muitos custos que a autarquia se vem a debater, porque esta questão é inteiramente da responsabilidade do Governo de Portugal, quer do anterior governo do PS, quer agora do PSD. Apenas o governo pode reverter as decisões anteriormente tomadas de aplicar taxas com estes valores e com esta natureza e assumir que estes serviços devem ser públicos e não ser imputados às despesas dos consumidores finais ou às autarquias. Na sua opinião, bastará haver vontade política para que tudo isto seja alterado e as autarquias deixem de ter estas responsabilidades. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as duas empresas instaladas foram a Hidrauviana Grupos, Lda., no âmbito de hidráulica e acessórios e a Mycor, que tem a sua sede em Londres e está ligada aos revestimentos e construção civil, com soluções de melhorias térmicas, com uma tecnologia inovadora ligada aos cogumelos. Quanto às empresas em fase de projeto são a Amp Fusion, Unipessoal, Lda. e a Perovskite, ambas no âmbito das tecnologias renováveis, nomeadamente painéis fotovoltaicos e baterias. No que respeita ao acréscimo da taxa de resíduos, considera que tem alguma razão ambiental para ser feita e ainda o objetivo de mudar hábitos nos municípios. É bastante difícil alterar o que acontece nos dias de hoje, porque 90% do lixo é indiferenciado e colocado em moloks e apenas 10% é separado. Está a ser feita uma enorme pressão no sentido de alterar esta situação passando a ter 10% de lixo indiferenciado e 90% separado. Na sua opinião é complicado, requer ainda muita estratégia e muitos custos, por parte dos Municípios, até se conseguir atingir este patamar. O Município de Montemor-o-Novo já tem

delineada uma estratégia para a PERSU, que irá avançar com o objetivo de mudar este paradigma. -----

Pediu para intervir o eleito Senhor Luis Machado começando por agradecer os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente. Relembrou que, enquanto a governação foi de maioria do Partido Socialista, estiveram em Montemor-o-Novo vários ministros a convite do executivo e que, nesse âmbito, poderiam ter sido debatidos diversos temas, nomeadamente a retirada dos veículos de matérias perigosas da Avenida Gago Coutinho. Disse ainda que, na sua opinião, não se trata de ser oposição ao alertar para os indicadores que o executivo apresenta, mas apenas de analisar a documentação. Relatou ainda algumas afirmações no ano de 2018, que se encontram mencionadas em ata, de eleitos do Partido Socialista em que foi referido que o saldo de gerência superior a três milhões de euros não se refere a recursos escassos, mas sim a incompetência de gestão. Em 2019 foi ainda afirmado, está em ata, que o Concelho só poderia avançar se houvesse uma aposta forte no investimento privado. Continuando a sua intervenção afirmou que o Senhor Presidente e o Executivo, nomeadamente a Senhora Vereadora Silvia Santos garantiram, numa sessão da Assembleia Municipal, que a transferência de competências estava bem calculada e que não iria produzir qualquer tipo de efeito negativo. No entanto, não é isso que se está a concluir da análise dos documentos e para além disso o executivo usou, por várias vezes, o argumento da transferência de competências, para que tudo tivesse corrido melhor. Continuando no uso da palavra e sobre a questão da falta de recursos no serviço de contabilidade, o eleito perguntou porque não foi feito esse reforço, uma vez que entraram 21 colaboradores novos. Frisou ainda que apesar do Senhor Presidente da Câmara ter referido durante os últimos anos, que a Câmara Municipal não deveria ser o maior empregador do Concelho, está a verificar-se exatamente o contrário, porque frequentemente entram novos funcionários. Questionou se houve uma mudança de opinião relativamente a esta matéria ou se os colaboradores que existiam não eram suficientes. Decorridos dois anos de mandato e apesar de muito ter sido desenvolvido, ainda há muito por fazer. Acrescentou ainda que se o executivo está exclusivamente à espera do PT 2030 para conseguir avançar com as intervenções, apenas se poderão sentir os efeitos da governação da Câmara em 2025. Na sua opinião, existem muitas medidas/propostas no Projeto Juntos para Fazer Diferente, que não necessitavam, grande parte deles, de custos elevados, apenas de mudanças de hábitos. Assim como também existiam algumas propostas, do Programa Eleitoral do PS, que não necessitavam de grandes investimentos. -----

Retomando de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara confirmou que gostaria de retirar o trânsito da Avenida Gago Coutinho, no entanto não está nas mãos do Município e muito menos nas suas mãos, enquanto Presidente da Câmara Municipal, mas sim do governo, já que a gestão daquela via é das Infraestruturas de Portugal. -----

Relativamente à transferência de competências disse que acredita que os resultados irão surgir daqui a algum tempo, assim como ter a perceção se existe a necessidade de solicitar mais verba ou se a verba é suficiente. Informou que no caso das transferências no âmbito da ação social o Município terá até de devolver verbas. Sobre a questão de o Município ser o maior empregador, referiu que a gestão CDU queria garantir que o Município fosse o maior empregador do concelho mantendo o concelho fechado. Por outro lado, o atual executivo está a dar uma maior abertura ao concelho e muito mais



visibilidade. Sobre o PT 2030 respondeu que na ordem de trabalhos da presente sessão são apresentados documentos para serem apreciados respeitantes a um conjunto de obras para serem lançadas que não precisam do PT 2030. Tem conhecimento de que a maior parte dos Municípios, no âmbito da CIMAC, estão com um grau de execução de PPI em baixo, porque o quadro comunitário é o que vai começar mais tarde, em 2024, quando já devia ter começado em 2021. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida o documento a apreciação dos eleitos. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com treze votos a favor dos eleitos pelo PS (11) e pelo CDS-PP (2); doze votos contra dos eleitos pela CDU e três abstenções dos eleitos pelo PSD (2) e pelo CDS-PP (1). -----

A eleita Senhora Hortênsia Menino pediu a palavra para apresentar, em nome da bancada da CDU, uma Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: --  
"Nos termos do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal, os eleitos da CDU apresentam a seguinte declaração de voto: -----

1º Ponto- Proposta de prestação de contas de 2023 -----

Considerando que: -----

a) A prestação de Contas da Atividade da Câmara Municipal referente ao ano de 2023 (o segundo ano completo do mandato da gestão PS/PSD-CDS) revela uma gestão descuidada, desorganizada, sem estratégia política (porque de facto os programas eleitorais do PS e do PSD-CDS não são compatíveis, pelo contrário são até contraditórios), que promoveu um enorme acréscimo de despesa corrente (despesas com pessoal e com prestação de serviços) que não se traduziu em melhorias na resposta de serviço público à população; -----

b) Em muitas áreas da atividade municipal, a atual gestão limitou-se a dar seguimento a projetos e iniciativas que a gestão CDU já promovia ou já tinha previsto. -----

Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, votam contra a proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 26 de abril 2024 -----

2º. Ponto – Proposta de 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2024 (Revisão Orçamental de Inserção de Saldo de Gerência) -----

Sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se apresenta à apreciação uma proposta de modificação orçamental para inserção do saldo da conta de gerência, que teve o valor de 3.313.689,17 euros e a proposta é que sejam alocados para despesas correntes cerca de 3.007.327,17 euros e para despesas de capital cerca de 306.362,00 euros. Especificou detalhadamente quais as rubricas que serão reforçadas, em termos de despesas correntes e de PPI. Assim sendo, o orçamento municipal com os reforços apresentados passou a ter de despesas correntes o valor de 24.909.596,44 euros e de despesas de capital o valor de 8.259.260,41 euros. Ou seja, as despesas correntes são de 75% e as despesas de capital de 25% do orçamento. -----

Interveio a eleita Senhora Hortênsia Menino dizendo que, relativamente a esta proposta, os eleitos pela CDU consideram que esta opção não é a mais adequada, existindo uma proporção de cerca de 75% para despesas correntes e apenas 25% para despesas de capital, questionando se com o reforço das verbas que decorre desta

*Amme*

introdução do saldo da conta de gerência, permitirá que em 2024 se lancem e haja dotação suficiente para lançar o procedimento da empreitada para a Rua Doutor Pascoal Coelho e Rua da Amizade, em Silveiras, para a Escola Básica de Ciborro, para a Escola Básica de Cortiçadas de Lavre e para o Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre ou seja se o valor garante a dotação completa para lançar o procedimento. -----

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que garante, mas não totalmente para a obra ser feita em 2024, tendo sido atribuído apenas um terço da concretização da obra em 2024 e dois terços em 2025. Este reforço garante a verba para 2024 e para a repartição nos anos seguintes. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo PSD (2) e pelo CDS-PP (3) e doze votos contra dos eleitos pela CDU. -----

3º. Ponto – Proposta de 1ª. Revisão ao Mapa de Pessoal 2024 -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara interveio afirmando que esta primeira revisão ao mapa pessoal está relacionada com a criação de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior para a Unidade de Contabilidade e Gestão Financeira e extinguindo-se um posto no Gabinete de Empreendedorismo Jovem. -----

Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com treze votos a favor dos eleitos pelo PS (11) e pelo CDS-PP (2); doze votos contra dos eleitos pela CDU e 3 abstenções dos eleitos pelo PSD (2) e pelo CDS-PP (1). -----

4º. Ponto – Proposta de Regulamento Municipal de funcionamento e utilização do Sistema MorBike -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que uma vez concluído o período de discussão pública da Proposta de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Sistema Morbike, apresenta-se à apreciação e votação o Relatório de Ponderação de Contributos à Proposta de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Sistema de Partilha de Bicicletas Elétricas, que foi revista após a conclusão do período de discussão pública, assim como a respetiva fundamentação económica ou financeira de preços. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo PSD (2) e pelo CDS-PP (3) e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

5º. Ponto - Proposta de Protocolo de Cooperação entre o Património Cultural, I.P., o Município de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia de Santiago de Escoural e a Associação Amigos Unidos pelo Escoural -----

Relativamente a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que o presente Protocolo visa garantir dois postos de trabalho no Centro Interpretativo das Grutas do Escoural, por forma a que não tenha de encerrar. Esclarece ainda que só havendo um trabalhador, quando se deslocava para a gruta tinha que ser encerrado o

Centro Interpretativo. Assim, consegue-se o pleno funcionamento dos dois espaços. O presente Protocolo totaliza o montante de 27.700 euros. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

6º. Ponto – Proposta de aprovação - Loteamento Municipal “Ferragial da Cadeia/Pedreira” -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, esclarecendo que esta proposta de Loteamento Municipal que tem por objetivo a concretização do processo de inscrição e registo predial das Piscinas Recreativas Municipais e da zona desportiva do Parque Urbano. O mesmo dará origem a dois lotes urbanos, correspondentes às áreas pré-existentes das Piscinas Recreativas Municipais e da zona desportiva do Parque Urbano, ficando esses lotes afetos ao uso de equipamento. Este processo foi submetido a parecer prévio obrigatório da CCDRA, tendo recebido parecer favorável. -- Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

7º. Ponto – Proposta de Emissão de Parecer da nova Carta Educativa de Montemor-o-Novo -----

Sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que elaboração da Carta Educativa de Montemor-o-Novo foi iniciada no ano 2023 e a sua última versão teve o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, no passado dia 27 de fevereiro de 2024. No dia 13 de março, o Instituto de Gestão Financeira de Educação informou que o documento reunia todas as condições para receber Parecer Favorável do Ministério da Educação, de acordo com o artigo 14º do Decreto-Lei nº 21, de 2019, de 30 de janeiro. Esta Carta Educativa terá um período de vigência de 10 anos e tem alguns objetivos gerais, nomeadamente assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar, de ensino básico e de ensino secundário, para que em cada momento as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente. Também tem como objetivo refletir a nível municipal o processo de ordenamento da rede de ofertas de educação e informação, promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis, fixando objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo e garantindo a coerência da rede educativa com a política urbana do Município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas. -----

Relativamente ao documento, pediu a palavra o eleito Senhor Guilherme Franco afirmando que da análise feita, considera que o documento se baseia um pouco numa análise estatística do território e não num verdadeiro planeamento. Na sua opinião, uma carta a dez anos poderia ir um pouco mais além e dar uma alavancagem para o nosso Concelho tornar-se verdadeiramente uma resposta de inovação, também no âmbito educacional. Disse ainda que no quadro da análise SUOT, considera completamente desadequado o conceito do estigma do interior, por ser uma

*Assume*

expressão, que criará um rótulo ao nosso Concelho e podendo ser altamente penalizador. Na análise dos pontos fracos, na sua opinião, deveria estar mencionada a questão do decréscimo da taxa de natalidade, a elevada percentagem de população idosa e ainda uma rede de creches pública, que pudesse ser um incentivo à natalidade. No que respeita aos pontos fortes, poderia ser acrescentada a localização privilegiada do nosso concelho, por ser, na sua opinião, um ponto muito forte de afirmação, quer na ligação interior-litoral, quer seja para todo o Alentejo. Outro ponto forte que poderia ter sido acrescentado, seria o decréscimo do abandono escolar nos últimos anos. Nas oportunidades, poderia ser adicionada a existência de projetos e de recursos pedagógicos complementares. Continuando a sua intervenção salientou que a Carta fala muito resumidamente no Programa Intermunicipal de Combate ao Insucesso Escolar, sem indicar em que consiste e quais foram as estratégias. Para além disso, a análise da execução da Carta Educativa anterior, é também demasiado sintética e resume-se muitas vezes ao edificado e não é feita uma verdadeira avaliação da versão anterior e o que poderia ser melhorado. Seguidamente questionou se está prevista uma revisão do plano de urbanização, uma vez que é mencionada a construção de uma nova escola na cidade. O calendário de execução, também no Eixo 1, está desatualizado, porque os prazos mencionados não são aqueles que aconteceram. As intervenções propostas têm que ser realistas e ter expressão nas grandes opções do plano previstas nos anos respetivos. Continuando no uso da palavra, o eleito salientou que o documento apresenta também uma enorme subvalorização dos projetos educativos previstos e da digitalização do ensino. Relativamente à temática da Escola Virtual, solicitou ao Executivo se numa próxima reunião poderá apresentar o balanço feito pela Porto Editora, do número de acessos e do número de aulas visualizadas. Considera que seria interessante poder avaliar se o investimento feito há três anos está a ser benéfico para os nossos alunos e também para saber quem são os alunos que não têm beneficiado, por falta de internet em casa. Depois, no que concerne ao ensino profissional, não existe uma evidência de ajustar a oferta à dinâmica socioeconómica do Concelho, particularmente a questão do turismo, da cultura, do património. A terminar a sua intervenção afirmou que apesar de não terem sido aceites contributos, a bancada da CDU considerou que deveria partilhar a reflexão feita e sendo um documento para dez anos seria positivo o envolvimento das forças políticas. -----

Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal evidenciou que o documento já obteve o Parecer Favorável do Conselho Municipal de Educação e de seguida deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes para que pudesse prestar mais algumas informações aos eleitos. No uso da palavra, o Senhor Vereador Henrique Lopes, em resposta ao eleito Guilherme Franco, referiu que concorda com as propostas enumeradas relativamente aos pontos fortes, porque de facto a centralidade é um ponto claramente forte e o concelho tem uma localização geográfica privilegiada. Na sua opinião, a desertificação do interior e as assimetrias têm de ser combatidas. Prosseguindo a sua intervenção salientou que Montemor, pela sua centralidade, apesar de ser um concelho enorme pela parte cultural, pela parte do turismo e de outras valências, pode-se atrair mais visitantes. Têm chegado novos residentes, sobretudo ligados às artes, o que pode tornar-se muito interessante. -----

*Handwritten signature*

Frisou ainda que se trata de um documento dinâmico, não constituindo no seu todo um documento acabado e nesse sentido estará sempre a ser avaliado em permanência. Informou que serão enviados, com a brevidade possível, os gráficos de análise do processo de transição para o digital e da sua eficácia. Interveio de seguida o eleito Luis Machado solicitando mais alguns detalhes esclarecimentos sobre o projeto para a construção de uma nova escola. -----

Retomou a palavra o Senhor Vereador Henrique Lopes esclarecendo que não se encontra previsto ainda no PDM. Quanto à participação das forças políticas, referiu que até ao momento as Comissões Municipais de Educação não incluíram partidos políticos, mas agradeceu a sugestão. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo PSD (2) e pelo CDS-PP (3) e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

8º. Ponto – Proposta de Protocolo – Refeições Escolares – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Alunos de Cortiçadas de Lavre – AL 2023-2024 -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientando que é apresentada neste ponto uma proposta de Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira respeitante ao fornecimento de refeições aos alunos dos estabelecimentos de ensino de Cortiçadas de Lavre, no valor de 14.500,00 euros. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou, de imediato, o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

9º. Ponto – Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Cabrela – Voucher de Apoio à Família -----

No que respeita a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de uma proposta de Protocolo, no âmbito da iniciativa “Voucher de Apoio à Família”, a estabelecer com a Junta de Freguesia de Cabrela. -----

Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, a proposta foi colocada a votação pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

10º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Ciborro – Voucher de Apoio à Família -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a proposta apresentada neste ponto, no âmbito da mesma iniciativa, será a estabelecer com a Junta de Freguesia de Ciborro. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

11º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Foros e Vale de Figueira – Voucher de Apoio à Família -----

*Ata*

O Senhor Presidente esclareceu que a proposta apresentada neste ponto, para apreciação dos eleitos da Assembleia Municipal era para a mesma iniciativa, mas referente ao Protocolo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira. -----  
Dado não haver nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----  
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

12º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Voucher de Apoio à Família -----  
No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara informou que a presente proposta de Protocolo é respeitante à Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, também no âmbito da mesma iniciativa. -----  
Não havendo pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----  
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

13º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Voucher de Apoio à Família -----  
Neste ponto, foi apreciada uma proposta de Protocolo idêntica às anteriores, a celebrar com a Junta de Freguesia de São Cristóvão. -----  
Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----  
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

14º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Voucher de Apoio à Família -----  
O Senhor Presidente da Câmara interveio para esclarecer que se apresenta neste ponto para apreciação um Protocolo a estabelecer com a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, semelhante aos anteriores. Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----  
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

15º. Ponto - Protocolo Local 2024 – Proposta de Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Voucher de Apoio à Família -----  
No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta apresentada era respeitante à União de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre, também no âmbito da iniciativa “Voucher de Apoio à Família”. -----  
Não havendo nenhum pedido de esclarecimento sobre o documento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o mesmo a apreciação. -----  
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

16º. Ponto – Proposta de pagamento de Transportes Escolares – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – AL 2023/2024 (1º Período) -----

Relativamente a esta proposta, o Senhor Presidente afirmou que proposta apresentada neste ponto diz respeito a um reforço de pagamento à Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, no âmbito dos transportes escolares, no valor de 2.968,00 euros, por se ter verificado essa necessidade. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

17º. Ponto - Proposta de pagamento de Refeições Escolares – Alunos de Lavre – Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – AL 2023/2024 (1º Período) -----

Neste ponto, foi apresentada uma proposta respeitante ao reforço de pagamento de verba à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre, respeitante a refeições escolares, no valor de 3.369,83 euros. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

18º. Ponto - Proposta de pagamento de Refeições Escolares – Alunos de S. Mateus – Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – AL 2022/2023 (3º Período) -----

No que espeita a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou se trata também de um reforço de compromisso no valor de 3.508,96€, para pagamento de refeições escolares. -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

19º. Ponto – Proposta de Adenda ao Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

Para prestar esclarecimentos sobre o documento, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos, a qual afirmou que através da presente Adenda ao Auto de Transferência de Competências, foi introduzida uma pequena modificação, concretamente, a integração da EB nº 3 de Montemor-Novo e a retirada da EB nº 1 de Montemor-Novo. Assim sendo, obrigatoriamente, os Municípios têm de comunicar à DGAL, até 30 de junho, estas verbas para inscrição em termos de orçamento de Estado e foi nesse sentido que o executivo tomou a decisão de apresentar com a brevidade possível à apreciação dos eleitos da Assembleia Municipal. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado afirmando que esta situação levou a uma redução no valor de transferências de cerca de 9 mil euros anuais. Renovou a disponibilidade de colaboração para com o Município relativamente a esta temática, mas gostaria particularmente que a EB 1, nº 1 estivesse em pleno funcionamento. Mostrou-se um pouco apreensivo com a proposta da junção dos dois ciclos e se vai ou não resultar. Era importantíssimo que a EB1, nº 1 entrasse

*Helena*

rapidamente em funcionamento com o objetivo de dar resposta às necessidades das crianças e das populações. Manifestou ainda a sua satisfação pelo aumento substancial de crianças no primeiro ciclo, no nosso concelho. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

20º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para o Parque Infantil – Jardim de Infância de Cabrela -----

Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara informou foi solicitado pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela a concessão de um apoio financeiro para a realização de uma intervenção no Parque Infantil do Jardim de Infância, cuja propriedade é do Município. A referida intervenção consta da instalação de equipamento de jogo e recreio exteriores, orçamentada em 13.666,33 euros e cuja comparticipação do Município será de 100%. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Colocou de imediato o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

21º. Ponto – Proposta de Protocolo de Refeições Escolares de Lavre – Ano Letivo 2023/2024 (2º e 3º. período) e Ano Letivo 2024/2025 (1º. período) -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que esta proposta de Protocolo tem o valor de 23.750 euros e diz respeito ao fornecimento de refeições aos alunos dos estabelecimentos de ensino de Lavre. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

22º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara mostrou a sua disponibilidade para o esclarecimento de questões. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer intenção de intervir. -----

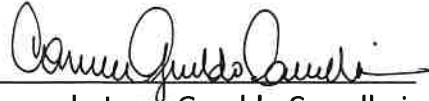
Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram duas horas e dezassete minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e quatro. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----



*Carmen*

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues